



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

SILVIA MAYEDA D'ANGELO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA AMPLIAÇÃO DE
OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

CAMPINAS
2019

SILVIA MAYEDA D'ANGELO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA AMPLIAÇÃO DE
OPORTUNIDADES PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação Física, na área Atividade Física Adaptada.

Orientador: PAULO FERREIRA DE ARAÚJO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA SILVIA MAYEDA D'ANGELO, ORIENTADA PELO PROF. DR. PAULO FERREIRA DE ARAÚJO.

CAMPINAS
2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio - CRB 8/4991

D'Angelo, Mayeda Silvia, 1980-

D212c As contribuições dos programas do terceiro setor na ampliação de oportunidades para pessoas com deficiência / Silvia Mayeda D'Angelo. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Paulo Ferreira de Araújo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Terceiro setor. 2. Pessoa com deficiência. 3. Lazer. I. Araújo, Paulo Ferreira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The contributions of third sector programs in expanding opportunities for people with disability

Palavras-chave em inglês:

Third sector

Peoples with disability

Leisure

Área de concentração: Atividade Física Adaptada

Titulação: Mestra em Educação Física

Banca examinadora:

Paulo Ferreira de Araújo

Marina Brasiliano Salerno

Gustavo Luiz Gutierrez

Data de defesa: 28-02-2019

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7447-8371>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6370612805922791>

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Orientador

Profa. Dra. Marina Brasiliano Salerno
Membro Titular da Banca

Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez
Membro Titular da Banca

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os que deixam de ser uma barreira para as pessoas com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo apoio e incentivo. Sem vocês não seria possível.

Aos meus filhos e ao meu marido pela compreensão nesse período de estudos.

Aos participantes da pesquisa, que colaboraram com o desenvolvimento deste estudo.

Ao Sesc, pelo apoio e pelas autorizações necessárias para que esta pesquisa fosse realizada.

Aos colegas de trabalho do Sesc pela parceria de sempre.

Ao professor Paulo por sua orientação, que foi além deste estudo, pela amizade e por acreditar que seria possível.

À banca examinadora, Professor Gustavo Gutierrez e Professora Marina Salerno pelos apontamentos e pelas observações que contribuíram para a finalização desta pesquisa.

A Flávia e Camila pelo apoio e ajuda com todos os trâmites e textos.

RESUMO

As pessoas em condição de deficiência têm buscado cada vez mais usufruir de seus direitos de participação nos diferentes setores da sociedade, como na educação, no trabalho e nos demais contextos sociais, inclusive em atividades e espaços de lazer. Embora o Brasil tenha uma legislação que ampara os direitos das pessoas com deficiências, isso não garante acessibilidade na prática, ou seja, não se mostra suficiente para que, efetivamente, os direitos sejam usufruídos por essa população. Esta pesquisa buscou analisar, pela ótica da pessoa com deficiência, fatores que contribuem para a ampliação de oportunidades assim como os entraves existentes na oferta de atividades e espaços de lazer oferecidos pelo Sesc no estado de São Paulo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas: pessoas com deficiência, terceiro setor e opções de lazer para pessoas com deficiência e inclusão, além da construção de um questionário com 27 perguntas abertas e fechadas, que possibilitou traçar um perfil dos participantes quanto à sua autonomia, faixa etária, frequência em atividades de lazer e perfil socioeconômico, além das opiniões acerca das atividades oferecidas pelo Serviço Social do Comércio – Sesc. Os resultados obtidos na coleta de dados mostram que as pessoas que acessam os serviços do Sesc apresentam, em sua maioria, deficiência adquirida, com boa autonomia para as atividades de vida diária, conseguem fazer uso do transporte público ou particular para seus deslocamentos, frequentam também outros locais de lazer, e metade possui nível de escolaridade superior completo. Quanto aos apontamentos positivos, no que se referem à programação, relatam que a mesma é boa e variada; o atendimento, é bom; e a acessibilidade atende, em parte, as necessidades das pessoas com deficiência. Quanto aos apontamentos menos favoráveis à programação apontaram a falta de programações para o público PCD e adaptações para os mesmos; quanto ao atendimento, foi apontada a necessidade de melhor preparo dos educadores físicos; e quanto à acessibilidade há pontos a melhorar na parte estrutural das unidades. No geral, a instituição consegue atender de forma satisfatória às pessoas com deficiência com um nível de comprometimento leve a moderado.

Palavras-chave: Terceiro setor; Inclusão; Ampliação de oportunidades; Lazer.

ABSTRACT

People with disability have increasingly search for their rights to participate in different sectors of society, such as education, at work and other social contexts, including activities and leisure spaces. Although Brazil has legislation that protects the rights of people with disabilities, this is not a guarantee that accessibility is a real practice and it is not enough to ensure that the rights are effectively enjoyed by this population. This research analyzed, from the point of view of the person with disabilities, factors that contribute to the expansion of opportunities as well as the existing obstacles related to the activities and leisure spaces offered by Sesc in the state of São Paulo. A bibliographical research was carried out on the subjects: people with disabilities, third sector and leisure options for people with disabilities and inclusion. In addition, the construction of a questionnaire with 27 open and closed questions that provided the necessary information to draw a profile of the participants regarding their autonomy, age group, frequency in leisure activities, socioeconomic profile and opinions about the activities offered by the SESC – Serviço Social do Comércio. The results obtained with the collected data show that people who access the services of the Sesc are mostly with acquired disability, with good autonomy for the activities of daily living, are able to make use of the public or private transportation for their displacements, attend other leisure options than SESC, and half of them has completed graduation level. The positive notes reports that the activities programming is good and varied, the customer service is good, and accessibility issues meets in part the needs of people with disabilities. The less favorable comments pointed to the lack of activities programming specific for people public with disabilities or adaptations to them, the need of a better preparation of physical educators, and regarding accessibility some points to improve in the structural part of the SESC sites. In general, the Institution receive people with disabilities with mild-to-moderate structure.

Keywords: third sector; Inclusion; expansion of opportunity; leisure.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CELAZER** - Centro de Estudos do Lazer
- CGPD** - Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência
- CONADE** - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- CORDE** - Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- EA** - Entidades de Apoio
- EFA** - Educação Física Adaptada
- IBC** - Instituto Benjamin Constant
- IEFD** - Instituto de Educação Física e Desportos
- INES** - Instituto Nacional de Educação dos Surdos
- NEE** - Necessidade Educativa Especial
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- OPS** - Organização Pan-Americana de Saúde
- OS** - Organizações Sociais
- OSCIPIIS** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- PAED** - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional
Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência
- PCD** - Pessoa com Deficiência
- PNDH** - Programa Nacional de Direitos Humanos
- SENAC** - Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial
- SENAI** - Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial
- SESC** - Serviço Social do Comércio
- SESI** - Serviço Social da Indústria
- SOBAMA** - Sociedade Brasileira da Atividade Motora Adaptada
- SSA** - Serviço Social Autônomo
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- TCU** - Tribunal de Contas da União
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência
- UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 2 - TERCEIRO SETOR.....	14
2.1 O SESC.....	15
2.2 Sobre o Sesc São Paulo	23
2.3 O lazer e deficientes	25
CAPÍTULO 3 - INCLUSÃO.....	27
3.1 A inclusão da pessoa com deficiência	27
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA E MÉTODOS	37
4.1 Caracterização dos Participantes	38
4.2 Critérios de participação.....	38
4.3 Forma de análise dos resultados.....	39
4.4 O processo de pesquisa	39
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICE 1.....	62
APÊNDICE 2.....	65
ANEXO 1	70

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Segundo a estimativa de 2017 da Organização das Nações Unidas, a população mundial é de aproximadamente 7,5 bilhões de pessoas. São 7,5 bilhões de maneiras de existir, 7,5 bilhões de desejos, 7,5 bilhões de corpos, todos diferentes.

Muitas são as formas de estudar esses “corpos”: em partes, como fazem as Ciências Médicas; em grupos específicos, como faz a Antropologia; em grandes grupos, como faz a Sociologia; e, um a um, como reflete a Filosofia.

“Cada indivíduo possui particularidades que diferenciam uns dos outros; por vezes, discretas, outras discrepantes” (CARVALHO, 2018, p. 29), proporcionadas pelo acaso da genética ou por fazer parte de um grupo que culturalmente carrega costumes, trejeitos, gestos, roupas, tonalidade de pele ou padrões de alimentação e tantas outras coisas. Em outras possibilidades, essas particularidades podem vir na forma de comprometimentos das estruturas ou funções corporais, tais como as condições de deficiência. “Essas particularidades valorizam ou depreciam os que as possuem segundo conceitos culturalmente construídos em cada sociedade, em diferentes momentos históricos”. (CARVALHO, 2018, p. 29)

Mecânica, energia, expressão e sensibilidade se repartem numa multiplicidade de corpos, cada qual em sua singularidade, com seus saberes, seus imaginários, seus domínios e sua história. As diferentes formas de apropriação desses corpos são capazes de ressignificar as relações com o mundo ao redor no intuito de permitir às pessoas exercerem o papel social que desejarem.

Em relação à presença de condições de deficiências, pode-se dizer que sua valorização ou depreciação está culturalmente ligada ao contexto histórico-cultural de cada época. E esse histórico referencia a construção da atribuição de significados aplicados em outra época, ou seja, a memória do passado se expressa no presente (CARVALHO, 2018).

Ainda hoje, com muitos recursos tecnológicos e acesso ao conhecimento, as pessoas com deficiência vivenciam a todo o tempo a impossibilidade de escolha para exercer seus papéis sociais. Símbolos e significados do passado ainda estão presentes e influenciam de forma negativa as experiências dessas pessoas.

Neste trabalho objetivou-se estudar a oferta de oportunidades de lazer que são oferecidas e vivenciadas pelas pessoas com deficiência, mas sob seus olhares, sua ótica.

O que eles têm a nos dizer? Como essas pessoas exercem seus papéis sociais em atividades e espaços de lazer que são para todos?

Com o intuito de conseguir pistas que pudessem elucidar essas questões é que se desenvolveu esta pesquisa.

As diversas pesquisas que se referem as pessoas com deficiência se dão por meio da análise das leis, ou sob o ponto de vista de profissionais envolvidos no desenvolvimento de atividades, a avaliação de aspectos sob o ponto de vista das pessoas com deficiência é ainda pouco explorada, no entanto de extrema importância. Dar voz a aqueles dos quais falamos.

Para a coleta de informações optou-se pela aplicação de um questionário às pessoas com deficiência, que participam de atividades regulares no Sesc, uma instituição do terceiro setor.

Foram selecionadas para a pesquisa pessoas com deficiência visual, física e auditiva ou múltipla, sem deficiência intelectual associada, e com mais de 18 anos de idade.

Primeiramente realizou-se um levantamento para localizar essas pessoas nas atividades do Sesc. Somente após é que foram aplicados os questionários, que trouxeram dados de aspectos que, aos olhos das pessoas com deficiência, são importantes nos espaços de lazer.

Não coube neste trabalho estudar as iniciativas de políticas públicas, mas, sim, de um local específico de lazer: o Serviço social do Comércio - Sesc.

O Sesc foi criado através do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, como Pessoa Jurídica de Direito Privado. Sendo assim, é considerado uma entidade paraestatal, ou seja, uma Instituição do Terceiro Setor, sem fins lucrativos. Tem por objetivo promover o bem-estar aos trabalhadores e familiares do Comércio, Bens, Serviços e Turismo. É administrada pela Confederação Nacional do Comércio e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Com a proposta de desenvolver e oferecer meios para a melhoria da qualidade de vida, a Instituição oferece atividades nas áreas de lazer, educação, cultura, assistência e saúde. Podem usufruir das atividades os trabalhadores do Comércio, Bens, Serviços e Turismo e seus familiares, além da comunidade local. Por ser uma instituição mantida com recursos oriundos de empresas do Comércio, seus trabalhadores possuem alguns benefícios, em determinados atendimentos, que não estão disponíveis à população em geral.

Em sua trajetória, a instituição passou por algumas mudanças de objetivos, sendo no início mais assistencialista, e, hoje, com maiores aspirações a oferecer atividades que proporcionem o desenvolvimento integral das pessoas. Com esse propósito, o Sesc se diz

um local “para todos” os públicos, independentemente de idade, gênero, origem ou outras características, ou seja, uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para atividades culturais e de lazer.

Não é especializada em atendimento à PCD, mas tem em seu propósito atender e tornar acessíveis suas atividades e seus serviços a um maior número de pessoas, com autonomia e segurança. Dessa forma, as unidades operacionais dizem possuir em sua estrutura, tanto física quanto programática e de atendimento, acessibilidade total ou parcial dentro das normas e da legislação vigentes.

Assim sendo, a escolha do Sesc para a referida pesquisa partiu do pressuposto de que essa instituição oferece acessibilidade em suas atividades, e que há presença de pessoas com deficiência em suas instalações.

Resumidamente, esta pesquisa busca compreender, sob o ponto de vista das pessoas com deficiência que usufruem dos serviços oferecidos pelo Sesc, quais os aspectos que facilitam o acesso, a participação e a permanência em espaços como estes, e quais são os fatores que interferem na possibilidade de exercerem seu papel social e o direito ao lazer num momento que este participante já não está mais segregado em espaços onde a inclusão é de forma obrigatória como no sistema de ensino regular, ou em instituições de atendimento exclusivos as pessoas com deficiência.

CAPÍTULO 2 - TERCEIRO SETOR

Tem-se como entendimento para este estudo a classificação dos serviços da seguinte forma, e utilizam-se os seguintes termos: primeiro setor (setor público) como o Estado, ou seja, o conjunto de propriedades urbanas e rurais pertencentes ao Estado, ente sem fins lucrativos de interesse público; o segundo setor (setor privado) como o mercado, conjunto das empresas particulares e propriedades urbanas e rurais pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas e fora do controle do Estado, todos com fins lucrativos; por fim, o terceiro setor (paraestatais) - que são foco deste estudo -, ente privado, sem fins lucrativos, e que diferencia-se do primeiro setor e do segundo setor na medida em que desenvolve atividades públicas por meio de associações profissionais, associações voluntárias, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais organizados, organizações não governamentais e demais organizações assistenciais ou caritativas da sociedade civil (Tenório, 1998).

O terceiro setor caracteriza-se, então, por iniciativa privada sem fins lucrativos e com fins sociais, atuando em paralelo ao Estado e não fazendo parte da estrutura estatal.

Segundo Correia, 2014 “O termo tem origem norte-americana, advindo de um contexto no qual associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal”.

O Estado permanece como responsável pela execução das tarefas de interesse geral, mas não é o único responsável, existindo também a contribuição dos entes privados e da sociedade civil através de suas próprias ações. O terceiro setor está ligado à participação ativa da sociedade nas atividades de interesse público.

A primeira entidade sem fins lucrativos identificada na história brasileira foi a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1543, em Santos (SP), com o apoio da Igreja Católica, organização ainda existente nos dias de hoje.

Como exemplo de entidades mais atuais podem ser citadas: SOS Mata Atlântica, legalmente constituída em 2003, com projetos ambientais; Instituto Ethos, criado em 1998, que busca gestão socialmente responsável; Serviço Social do Comércio (Sesc), criado em 1946, promove atividades de lazer e assistência aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo. Esta última será foco de nossos estudos.

A regulamentação dessas associações e instituições acontece pelo decreto-lei n. 9.790/99 e que possibilita a classificação das instituições do terceiro setor de acordo com suas características de ação, tais como: Organizações Sociais (OS); Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIIS); Entidades de Apoio (EA) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA). Todas são consideradas paraestatais, sujeitas a regras, tributações, funcionamento e fiscalizações, que diferem entre si, mas são entidades de caráter privado, sem fins lucrativos.

O Sesc se enquadra como SSA como segue a definição.

Segundo (Meireles, 1998)

Serviços Sociais autônomos - Serviços sociais autônomos são todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias. São exemplos desses entes os diversos serviços sociais da indústria e do comércio (SENAI, SENAC, SESC, SESI), com estrutura e organização especiais, genuinamente brasileiras. Essas instituições, embora oficializadas pelo Estado, não integram a Administração direta nem a indireta, mas trabalham ao lado do Estado, sob seu amparo, cooperando nos setores, atividades e serviços que lhes são atribuídos, por serem considerados de interesse específico de determinados beneficiários.

Assim como o Sesc (Serviço Social do Comércio), caracterizam-se como empresas do terceiro setor na classificação de Serviços Sociais Autônomos outras instituições, tais como: Senac, Sesi, Senai, Senat e Sebrae. Todas essas instituições possuem em seu objeto a atividade social voltada a serviços assistenciais, de utilidade pública ou ao aprendizado profissionalizante. Foram criadas a partir de autorização da lei, sendo mantidas por contribuições fiscais de empresas de grupos específicos (comerciários, transportes, indústrias etc.) e estão sujeitas a auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), pois utilizam recursos de contribuições sociais. Estão dispensadas de seguirem as leis de licitações, mas seguem o regimento próprio para tal atividade. O patrimônio pode ser público ou privado, e o regime pessoal apresenta vínculo trabalhista.

2.1 O Sesc

No Brasil, a década de 1940 foi marcada por um período de adaptações às mudanças do cenário. O fim da Segunda Guerra Mundial, o fim do estado novo de Getúlio Vargas, o crescimento da industrialização, a migração da população de áreas rurais para as cidades, e o fortalecimento e a representatividade das classes trabalhadora e empresarial legitimam

áreas de maior liberdade e democracia no país (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO, BENS SERVIÇOS E TURISMO).

Foi nesse cenário que apareceu a necessidade de se estabelecer um plano de ação social com o objetivo de minimizar greves e reivindicações em todo o país.

Um grupo de lideranças empresariais do comércio, da indústria e da agricultura se reuniu em Teresópolis e elaborou a Carta Social da Paz, que firma compromissos entre empregados e empregadores com o intuito de estabelecer melhores condições de vida para os empregados e seus familiares, e assim à sociedade como um todo. O conteúdo da carta baliza a filosofia e o conceito de serviço social custeado pelo empresariado.

Nesse contexto, acelerou-se a criação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reconhecida em 30 de novembro de 1945, como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro (CNC).

A carta foi submetida ao Governo Federal, e em 13 de setembro de 1946 o então presidente, Eurico Gaspar Dutra, assinou o decreto-lei n. 9.853, que autorizou a Confederação Nacional do Comércio (CNC) a criar o Serviço Social do Comércio.

Art. 1º - Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC), com a finalidade de planejar e executar direta ou indiretamente medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade.

O então recém-criado Sesc nasce como pessoa jurídica, conforme descrito no art. 2º:

Art. 2º - O Serviço Social do Comércio, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, terá sua sede e foro na Capital da República e será organizado e dirigido nos termos do regulamento elaborado pela Confederação Nacional do Comércio, devidamente aprovado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

E assim é organizado, conforme o art. 6º:

Art. 6º - O Regulamento de que trata o art. 2º deverá observar, na organização do Serviço Social do Comércio, uma direção descentralizada, com um Conselho Nacional, órgão coordenador e de planejamento geral, e Conselhos Regionais, dotados de autonomia para promover a execução do plano, adaptando-o às peculiaridades das respectivas regiões. Deverá, igualmente, instituir órgão fiscal, cujos membros, na sua maioria, serão designados pelo Governo.

O Sesc se estabeleceu nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal, não somente nas capitais, mas também nas cidades de médio e pequeno portes. As estruturas físicas foram organizadas a partir de centros de atividades e de unidades operacionais especializadas, tais como: colônias de férias, cinema, teatros e escolas, e áreas de proteção ambiental (como a Estância Ecológica do Pantanal).

No estado de São Paulo contava com 38 unidades em março de 2018 e mantém um plano de expansão contínuo.

Os recursos que mantêm o Sesc provêm de contribuições de empresas do comércio de médio e grande portes, e o cálculo do recolhimento é feito com base no valor da folha de pagamento, recebendo 1% desse valor. O recolhimento é obrigatório, conforme descrito no art. 3º:

Art. 3º - Os estabelecimentos comerciais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio (art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), e os demais empregadores que possuam empregados segurados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes serão obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal ao Serviço Social do Comércio, para custeio dos seus encargos.

§ 1º - A contribuição referida neste artigo será de 2% (dois por cento)¹ sobre o montante da remuneração paga aos empregados. Servirá de base ao pagamento da contribuição a importância sobre a qual deva ser calculada a quota de previdência pertinente à instituição de aposentadoria e pensões à qual o contribuinte esteja filiado. ¹ Alíquota reduzida para 1,5% (um e meio por cento) pelo art. 23 da Lei nº 5.107, de 13.09.66 miolo_livreto legislação do Sesc_150x210mm.indd 9 22/11/17 10:57 | 10 | § 2º - A arrecadação da contribuição prevista no parágrafo anterior será feita pelas instituições de previdência social a que estiverem vinculados os empregados, juntamente com as contribuições que lhes forem devidas. Caberá às mesmas instituições, a título de indenização por despesas ocorrentes, 1% (um por cento)¹ das importâncias arrecadadas para o Serviço Social do Comércio.

Ao Estado cabe, além de garantir que sejam recolhidas as contribuições, fiscalizar todos os recursos aplicados. Em qualquer momento as unidades operacionais podem ser auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O primeiro Sesc surgiu no Rio de Janeiro, inaugurado em 3 de outubro de 1946, no bairro Engenho de Dentro, sendo a assistência à maternidade, infância e combate à tuberculose as principais áreas de atendimento para diminuir os índices de mortalidade. Em São Paulo a primeira unidade foi inaugurada em 1947, sendo uma unidade especial de odontologia, na rua Florêncio de Abreu. (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO)

Assim, na década de 1940, evidencia-se a ação assistencialista da instituição, pela questão das demandas da época e da população atendida. Esta proposição foi estratégica, com a perspectiva de colaborar para o futuro, com uma sociedade bem resolvida na visão de atendimentos das necessidades básicas relacionadas ao bem-estar social, dando prioridade ao trabalhador do comércio e seus familiares.

A partir dos anos de 1950, o cenário político e social da década fez com que o Sesc ampliasse sua atuação. Têm início as primeiras atividades culturais e a modernização do serviço social, com infraestrutura baseada na educação, cultura, recreação e saúde, e

também são abertos os primeiros centros de atividade do Sesc. Em 1951, a Convenção Nacional dos Técnicos do Sesc, reunida em Bertioga-SP, recomendou que a educação e a recreação fossem atividades prioritárias para os anos seguintes. Nesse mesmo ano foi inaugurado o Parque do Ibirapuera, em São Paulo, momento em que a Prefeitura da cidade também investiu em ações e locais para lazer, com o desenvolvimento de companhias de teatro e de cinema, com um movimento generalizado de transformação dos modos de lazer. (Almeida e Gutierrez, 2011)

O Sesc São Paulo, entre os anos de 1960 e 1970, buscou nas pesquisas de Jofre Dumazedier conceitos e ações que pautaram as equipes no aprofundamento da pesquisa do tempo livre, considerado vital para a construção do lazer na instituição. Seguindo com os princípios de embasamento científico em suas ações, o Sesc organiza um grupo de estudos e pesquisas denominado Centro de Estudos do Lazer (CELAZER), que a partir de 1970 contou com a orientação de Dumazedier. A instituição promoveu a publicação de diversas obras na área, que contribuíram diretamente para o registro do “pensamento” sobre o lazer na literatura nacional. Segundo Galante, (2018):

Destacando-se a publicação dos livros da Biblioteca Científica do Sesc – série Lazer e o periódico Cadernos de Lazer, materiais que apoiaram as ações da instituição e que também circularam no meio acadêmico. A promoção de cursos, congressos, seminários e pesquisas sobre a temática foram apontadas como atividades relevantes do CELAZER, e envolveram tanto os funcionários da instituição quanto interessados de outras instituições e Universidades, influenciando não somente as ações do Sesc como também a construção de um pensamento sobre o Lazer no Brasil.

Segundo (Camargo, 2016), buscou-se abarcar em seus estudos elementos da sociologia que contribuíram para a mudança social dos menos favorecidos, tendo o lazer como um elemento determinante nas relações sociais.

À época em que o lazer era pouco estudado em si, foi contextualizado como algo distante do cotidiano, realizado em momentos de férias, finais de semana e distante da vida profissional, considerando as alterações sociais ocorridas ao longo da revolução industrial (Camargo, 2016).

Pode-se inferir que no momento em que a sociedade migra do campo para a cidade, muda-se a relação com os tempos de trabalho e lazer, antes regidos pelos tempos da natureza com práticas populares como fogueiras de São João, folclore e jogos. Os momentos de lazer, então, passam a ser regidos pelos tempos de trabalho e descanso, e instala-se assim o lazer urbano com o desenvolvimento de espaços para companhias de

teatro, cinema, passeios e viagens (Almeida e Gutierrez, 2011), ou seja, o fazer cultural também muda.

Quando se analisa os aspectos inseridos na concepção de lazer defendida por Dumazedier nota-se a transição entre o trabalho realizado no campo e na cidade, contexto no qual a entidade aqui estudada surge. Entende-se que no campo o tempo do trabalho e do não trabalho também eram marcados por aspectos influenciados pela natureza. Quando isso se volta para a cidade, dentro das indústrias, essa relação se estabelece a partir da hora-relógio, que determina a contratação do trabalhador, seu rendimento e seu descanso. Esse tempo de descanso, do não trabalho, é que poderia ser destinado ao lazer.

Atualmente, o conceito de lazer foi ampliado e perpassa o dia a dia do sujeito, sendo que os espaços de trabalho também podem conter momentos de lazer, fato explorado por diferentes empresas, principalmente as de tecnologia, que aliam as horas de trabalho com espaços de descontração no ambiente de trabalho.

Em uma de suas resenhas no livro *O lazer contemporâneo: ensaio de filosofia social sobre Beleafleur* - um autor de filosofia social contemporânea -, (Padilha, 2004.) considera o lazer algo que não é passível de ser conceituado, pois considera-o um comportamento, um estado de ser, e sendo assim não há como conceituá-lo. O autor pauta-se na teoria hedonista.

No entanto, não há como classificar e nem é o objetivo deste estudo discutir quais correntes de lazer são mais ou menos adequadas aos dias de hoje. A intenção é apenas ilustrar que ao longo da história o lazer foi objeto de estudo de diferentes linhas de pesquisas, por diferentes olhares, sendo que cada qual estuda o termo “lazer” de acordo com suas percepções, pontos de vista e tempo histórico, entre tantos outros fatores, o que reforça a sua importância enquanto objeto de estudo.

Ainda que diante dessas diferenças nas concepções de lazer, o Sesc manteve sua perspectiva de entender suas atividades como aquelas buscadas pelas pessoas fora de seu momento de trabalho, no qual objetivam distração, prática de exercício, acesso ao teatro, música e exposições de arte.

E sempre em suas programações entende o lazer como uma função educativa e uma atividade qualificada. Na Regional de São Paulo, onde a instituição trabalha com a educação não formal isso fica muito claro. Por exemplo, em programações de bate-papos com atletas, onde além do assunto esporte são tratados assuntos como racismo, assédios e questões de gênero; ou em encontros e oficinas de alimentação, onde se discute saúde e preservação do meio ambiente para cultivo de alimentos, entre outros assuntos.

Assim, essas discussões extrapolam o fazer pelo fazer, ou seja, buscam problematizar e estimular reflexões desses temas na atualidade.

Desta forma, os temas são transversais e se fundem numa rede de conhecimentos em que o público se vale de um momento de lazer, assim como de informações colaterais que complementam o assunto principal.

O Sesc elabora, organiza e oferece sua programação pautada numa política cultural publicada no sítio da mesma, sob a resolução 1.304/2015, a qual está detalhada a seguir. De início, cabe pontuar que o uso do termo “cultura”, bastante complexo e que apresenta muitas leituras de conceitos, definições e discussões será interpretado por meio do entendimento que é utilizado pela instituição Sesc e como ela faz uso desta palavra em suas ações.

De maneira geral, a instituição adota a principal característica do termo “cultura”: a multiplicidade, e assim explica em sua resolução de política institucional o seu entendimento:

O Sesc tem como desafio a proposição de difundir as linguagens artísticas e promover o acesso à informação e à produção do conhecimento, proporcionando um lugar necessário à atividade sensível. Uma ação orientada pelo objetivo de ampliar as possibilidades experienciais, proporcionar novas oportunidades de fruição e de criação, valorizando as inúmeras vertentes estéticas e a reflexão da experiência artística das várias regiões do país.

Ainda como fundamento do diálogo entre o Sesc e a sociedade encontra-se o objetivo de respeitar, fomentar e difundir a diversidade cultural brasileira, expressa tanto na produção artística quanto na produção intelectual e nas demais manifestações da expressão cultural – conjunto coeso de ações que interagem, devendo ser igualmente valorizadas, divulgadas e incentivadas, sem estabelecer hierarquia ou juízo de valor entre elas.

Nessa perspectiva, a ação finalística do Sesc é calcada no respeito e na valorização dos hábitos e práticas individuais e coletivos. (SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO)

Seguem aqui as áreas de atuação de atividades do Sesc oferecidas à população:

a. Cultura

a.1. Artes Plásticas: através deste programa oferece exposições que podem ou não ser itinerantes, oficinas, cursos, visitas guiadas.

a.2. Bibliotecas: com o programa de bibliotecas fixas e móveis (Bibliosesc).

a.3. Cinema: CineSesc oferece inúmeras exibições, oficinas, festivais e mostras das mais diferentes linguagens audiovisuais com o objetivo de levar o cinema a todos os cantos do Brasil, para todos os públicos.

a.4. Literatura: além das atividades paralelas, as bibliotecas que fomentam o incentivo e desenvolvimento pelo gosto da leitura, o Sesc apresenta o Prêmio Sesc de Literatura, que contempla dois escritores, com obras inéditas na categoria: conto e romance. E a revista *Palavra*, que conta com artigos de pesquisadores, panorama e entrevistas com grandes nomes da literatura.

a.5.Música: O Sesc vê na música as diversidades culturais brasileiras. Promove shows, concertos, aulas, oficinas, seminários, entre outros eventos.

a.6.Teatro: palcos, ruas, tabladros, salas. O Sesc leva o teatro onde o público estiver. Assim, promove apresentações de pequenos e grandes grupos de teatro.

b. Educação: presente em todas as ações do Sesc, é considerada como processo de transformação social e cidadania; acredita-se na autonomia e na capacidade de cada um. Desta forma, pretende contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa e a compreensão do ambiente em que vive. Valores éticos e cidadania, valorização de identidades culturais.

c. Saúde: atua nas áreas de nutrição, assistência odontológica e educação em saúde com o objetivo de promoção da saúde, melhoria da qualidade de vida, do ambiente físico, social, cultural e econômico propício a um estilo de vida saudável, além de reforçar a capacidade do indivíduo de tomar decisões, fazer escolhas e enfrentar situações difíceis.

d. Lazer: sua principal diretriz de atuação. Todas as propostas são pensadas para disseminar valores, promover a criatividade e destacar habilidades em espaços que privilegiam a qualidade de vida e as relações pessoais. As programações também incentivam práticas que democratizam o acesso ao lazer, com o objetivo de divertir, praticar esportes, assistir a espetáculos e manter em equilíbrio a saúde física e mental.

Dentro dessa área desenvolve os programas de Turismo Social, Esportes, Recreação, Férias no Sesc, Projetos de lazer e Move Brasil.

d.1. Turismo Social: as excursões vão além dos pontos turísticos, promovem diferentes visões do Brasil do ponto de vista histórico, social e cultural de cada região.

O Sesc também oferece unidades de hospedagem próprias, com custos adequados à realidade econômica dos comerciários e seus dependentes. Em São Paulo, o Centro de Férias Sesc Bertioga, foi o primeiro centro de hospedagem, inaugurado em 1948.

d.2. Esportes

Como forma de lazer para uma vida mais saudável, valorização do bem-estar e desenvolvimento da cidadania e autonomia, o Sesc oferece diversas modalidades esportivas e atividades físicas.

d.3. Recreação: como sinônimo de diversão e ação educativa. As atividades são multidisciplinares, valorizam a interação direta dos participantes, a espontaneidade, a imaginação, a criatividade para que o tempo livre seja usado da melhor forma possível. Em todo o Brasil essas atividades têm um objetivo único de promover o desenvolvimento humano, qualidade de vida e socialização dos indivíduos.

Alguns projetos de lazer têm abrangência nacional, ou seja, acontecem em todos os Sescs do Brasil. São eles: Sesc Verão; Dia do Desafio e Campanha Move Brasil. Todos compõem em conjunto atividades que têm como objetivo principal o incentivo à prática de atividades físicas. Para tanto, são realizados eventos esportivos, tais como: gincanas, campeonatos, oficinas, cursos, entre outras atividades, para diversos públicos de diferentes faixas etárias.

e. Assistência: as atividades de assistência estão divididas em quatro linhas de ação:

e.1. Trabalho com grupos, cujo objetivo é o de reunir grupos de pessoas para conhecer novas maneiras de pensar, fazer amizade, construir parcerias pessoais e até mesmo profissionais. Em reuniões periódicas, grupos formados por diferentes gerações discutem temas que fazem parte de seu cotidiano, são convidados a participar desses encontros profissionais para dar palestras e seminários.

e.2. Trabalho social com idosos: pioneiro no Brasil, tem o objetivo de oferecer melhor qualidade de vida na terceira idade e convivência com pares da mesma idade e de outras gerações. As ações visam a estimular o desenvolvimento individual e coletivo do idoso na sociedade; promover a autoestima e a integração em diferentes ambientes; reconstruir a autonomia por meio de cursos, esportes e atividades.

e.3. Ação comunitária

Sempre presente na história da instituição desde sua fundação em 1946, foi com a ação das Unidades Móveis de Orientação Social – UNIMOS, na década de 1960, que estas alcançaram o interior do Brasil. A bordo de pequenos caminhões da UNIMOS, trabalhadores e voluntários do Sesc desenvolviam - nas cidades pelas quais passavam - atividades esportivas, mobilizavam lideranças locais, além de formar grupos de novos voluntários. Atualmente, o Sesc promove atividades gratuitas em parques, praças e ruas, com duração de um a cinco dias, com o objetivo de integrar socialmente a população de diferentes faixas etárias, em diversas atividades culturais para promoção da saúde e bem-estar. Para isso, o Sesc firma parcerias com instituições, Organizações não Governamentais, prefeituras, associações de moradores para ampliar ainda mais o alcance das ações.

e.4. Mesa Brasil Sesc.

É uma rede nacional de banco de alimentos contra a fome e o desperdício. Trata-se, essencialmente, de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, baseado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, mas que ainda podem ser consumidos. Assim, o Mesa Brasil busca onde sobra e entrega onde falta.

Cabe aqui ressaltar que a ação educativa perpassa todas as linhas de atuação da instituição. Outra observação que pode ser feita é referente às administrações regionais, que são independentes entre si, ou seja, todas seguem as diretrizes, porém suas programações e atividades diferem nas regras de utilização de espaços, linhas programáticas, nos cargos e carreiras, entre outras coisas. As unidades são livres para administrar, de acordo com a política e os costumes locais, desde que dentro das normas gerais da instituição.

2.2- Sobre o Sesc São Paulo

As informações a seguir foram coletadas do site da própria instituição.

O Sesc São Paulo, até março de 2018, estava dividido em 38 unidades, distribuídas na capital, no interior e no litoral do estado, pautado na educação não formal, e considera-se uma instituição livre das amarras do ensino regular. As ações estão sempre voltadas ao estímulo, à reflexão e ao debate de questões, como agir e fazer melhor, ou seja, ações voltadas para o desenvolvimento das pessoas.

O atendimento visa prioritariamente o público comerciário (entende-se trabalhadores e seus dependentes dos setores de comércio, bens, serviços e turismo), oferecendo atividades regulares como cursos esportivos ou de iniciação musical, atividades esporádicas e pontuais como eventos e exposições, e lançamentos de livros, entre outros. Ainda assim, a instituição cumpre o seu papel social com a comunidade, acolhe e oferece programação aberta a todos os públicos, como espetáculos infantis, shows em praças, teatros de rua e eventos da cultura esportiva, e cursos esportivos regulares, de acordo com a disponibilidade de vagas.

Em sua programação, a regional de São Paulo, foco deste estudo, trabalha com o conceito de acessibilidade universal, ou seja, o foco não é a inclusão de grupos específicos em suas atividades, mas sim a possibilidade de que maior número de pessoas possa usufruir de forma segura e autônoma de suas atividades. Dessa forma, o Sesc não se mostra como uma instituição especializada em atendimentos específicos para o público idoso, com

deficiência, ou crianças, entre outros, e sim, possui em sua marca o objetivo principal de tornar as atividades propostas acessíveis ao maior número de pessoas.

Pode-se inferir que a instituição objetiva, como o autor base de suas ações, o sociólogo Dumazedier, influenciar mudanças sociais, bem como transformar seus arredores, aproximando as atividades anteriormente citadas da população da cercania do Sesc, ampliando as possibilidades daqueles que o frequentam.

Tais perspectivas se aproximam de pontos traçados pelo processo de inclusão da pessoa com deficiência nos diferentes âmbitos. Ainda que não seja o público-alvo da instituição investigada, apresenta-se como uma parcela da população que, por muito tempo, permaneceu alijada da sociedade e demanda reapropriação de seu espaço, que vem sendo observado e destacado pelo meio esportivo. O foco desta pesquisa volta-se a esse grupo e a suas especificidades e objetivos ao estreitar o contato com o Sesc, que possui em sua trajetória indícios de ações inclusivas e de mudanças sociais.

Em sua história, o Sesc realiza o Simpósio Internacional de Atividades Motoras Adaptadas (atualmente em sua 20ª edição) realizado na cidade de São Carlos desde sua primeira edição, em 1998. O evento propõe discussões acerca da pessoa com deficiência, e conta com debates e participações de pesquisadores internacionais e nacionais com relevantes publicações na área. A partir de 2016 o Simpósio de Atividades Motoras Adaptadas passou a ser realizado bianualmente. O Sesc realiza também o Seminário de Esportes Inclusivos na cidade de Presidente Prudente-SP, a cada dois anos. O evento é realizado desde o ano de 2008.

Todos os anos a Unidade do Cine Sesc, participante da exibição do Festival Melhores Filmes, oferece sessões com o recurso de audiodescrição para todos os títulos em cartaz. Esse evento é bastante esperado pelo público com deficiência visual, todos os anos.

As bibliotecas do Sesc contam com equipamentos que oferecem auxílio na leitura, tais como ampliação de fontes ou leitura automática além de alguns, embora poucos, exemplares de livros em Braile e Audiolivros.

Outra forma de atuação da instituição é a publicação de um manual de distribuição interna para os funcionários. Esse manual contém algumas orientações sobre o primeiro atendimento às pessoas com deficiência, no momento em que procuram o Sesc para uma prática de atividade física, bem como serve de material de consulta e apoio aos profissionais das áreas físico-esportiva e atendimento. Possui informações sobre as políticas de acolhimento das pessoas com deficiência, pressupostos conceituais, direitos da pessoa com deficiência, perfis de participação em atividades (que podem permitir

peças com e sem deficiência ou somente pessoas com deficiência), tipo de anamnese que pode ser aplicado para entender melhor o perfil daquela pessoa etc.

Nas palavras do diretor regional Danilo Santos de Miranda no momento da elaboração desse manual, ele cita:

Interessa que a ideia de diversidade seja antecedida pelo princípio de inserção social, significando a garantia de participação independente das habilidades ou necessidades específicas de cada pessoa. Para além disso, cumpre evitar a segregação e conceber atividades que possam reunir e integrar diferenças.

A valorização e capacitação dos funcionários se configuram como meios para consolidação de um jeito Sesc de administrar, impulsionado pela difusão de valores ligados ao acolhimento e à universalização do acesso aos diferentes serviços e programas oferecidos aos seus frequentadores.

Técnicos de todas as áreas, tais como: artes visuais, esportes, turismo, tecnologia, engenharia, literatura, teatro e outras compõem uma comissão que, em conjunto, está elaborando um documento único que pautará as políticas de acessibilidade da Regional do Sesc de São Paulo para todas as áreas de atuação do Sesc-SP.

Assim, entende-se que a instituição, embora não especializada no público com deficiência, apresenta a preocupação em recebê-los. Além disso, as construções arquitetônicas mais recentes já são pensadas sob o conceito de acessibilidade universal desde seu projeto.

2.3 - O lazer e deficientes

Devemos nos questionar sobre a acessibilidade na medida em que existe um distanciamento entre o que é direito e o que é do cotidiano das diferentes cidades. Sem dúvida, observamos o desenvolvimento desses aspectos, contudo, há lacunas que devem ser sanadas para efetivar a participação das pessoas com deficiência nos diferentes segmentos sociais, dentre eles aqueles que oferecem atividades de lazer.

Mesmo a população de pessoas com deficiência sendo numerosa [...] representando mais de 20% da população, estas são privadas da sua participação em espaços e lugares de lazer devido às exigências de adequações arquitetônicas (ausência de rampas, degraus, falta de corrimão etc.) são ignoradas, ou seja, são excluídas de experiências de lazer e convívio social. Dessa forma, temos uma menor oferta de possibilidades de participação. (SILVA, 2015)

Na busca por ampliar as possibilidades de participação, outros artigos pesquisados apresentam possibilidades bastante relevantes de pessoas com deficiência em diferentes atividades de lazer. No entanto, apresentam em sua maioria apontamentos de como podemos adaptar as atividades para a participação de diferentes grupos de pessoas com deficiência em diferentes locais, como citado por Venditi Jr (2001), Venditi Jr., e Araújo (2008), Van Munster (2004) e Carvalho (2005).

Salerno (2014) aponta que algumas pesquisas, como a de Cantonari(2013) que apresenta a interferência do lazer na qualidade de vida das pessoas com deficiência tendo como base de referência o projeto “Aventureiros Especiais” na cidade de Socorro.

Partindo do pressuposto de que as pessoas que já participam das atividades oferecidas pelo Sesc conseguiram transpor as barreiras físicas e arquitetônicas até a chegada a uma de suas unidades, este estudo não contempla discussões aprofundadas sobre as questões de acessibilidade de locomoção, embora se saiba que esse é um aspecto que ainda demanda investigação e adequações.

CAPÍTULO 3 - INCLUSÃO

*Processo deve ser o facilitador
para aquele que quer.
Busca ser capaz
na intenção de se tornar parte,
através de sua participação efetiva.
(Araújo, 2018.)*

Atualmente, o processo de inclusão da pessoa com deficiência pode ser apresentado em diferentes perspectivas, já que esse grupo de pessoas vem alcançando seu espaço nos diversos setores da sociedade, perpassando contextos como o educacional, do trabalho, do lazer e do esporte, entre outros.

Diferentes são as possibilidades de se refletir sobre esse grupo, como a partir de suas limitações, de suas potencialidades, de seus interesses ou de seu engajamento em diferentes tarefas.

Sabendo da possibilidade de se refletir sobre a deficiência por diferentes olhares, neste trabalho foi selecionado o entendimento estruturado pela legislação brasileira. Com base no artigo 1º, do Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de assegurar os direitos humanos e a dignidade das pessoas com essa condição, e reforçado pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, as pessoas com deficiência foram definidas como:

[...] aquelas que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2011, p. 1)

3.1 A inclusão da pessoa com deficiência

Na atual conjuntura, o termo inclusão remete ao pensamento de processos amplos, os quais apontam e requerem a participação e a abertura de todos os segmentos da sociedade para permitirem a participação plena das pessoas com deficiência. Nesse contexto, pessoas que estão à frente de ações destinadas às pessoas e aos serviços, como formadores

de opiniões nos diferentes segmentos sociais, são convocadas a atuar para o alcance desse propósito inclusivo, buscando estimular a reflexão de todos os constituintes dos diversos setores sociais, como o ensino, o trabalho, as instituições públicas e privadas, para fomentar a participação daqueles que apresentam quadros considerados limitadores no momento de usufruir desses serviços, considerando e buscando superar a dificuldade de acesso e permanência diante de diferentes barreiras decorrentes de uma constituição de forma geral fragilizada.

No Brasil, segundo estudos do IBGE, em 2010, somamos mais de 190 milhões de habitantes e 24% da população possui algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 45,6 milhões. No estado de São Paulo a população total alcança aproximadamente 41 milhões de pessoas, e aproximadamente 22% possuem alguma deficiência física, motora, intelectual, visual ou auditiva (IBGE, 2010).

Apesar de os números oferecerem um panorama geral da nossa realidade, deve-se ressaltar que a forma como são estabelecidas as perguntas no estudo do IBGE (IBGE, 2010) não permitem um conhecimento absoluto acerca dos brasileiros com deficiência, uma vez que fatores subjetivos interferem no entendimento e nas respostas de cada pessoa questionada. Por outro lado, esses dados estatísticos nos alertam sobre a presença numerosa de pessoas com deficiência em nosso país, e clamam por ações e políticas públicas para seu acolhimento e atendimento de suas necessidades.

Se a presença física dessa população é real, e a necessidade de serviços a serem oferecidos a ela é indispensável, na prática o contexto é extremamente frágil e deficitário nesse setor. Sabendo que essa realidade tem influência do contexto histórico de participação social dessa população, uma retomada se mostra imprescindível para essa reflexão.

Apesar de as pessoas com deficiência corresponderem a uma parcela significativa da sociedade, tais pessoas foram submetidas a um longo período temporal, com lentos processos de reconstrução paradigmáticos para que sua participação social fosse possível. Esse caminho percorrido encontra-se sintetizado na Figura a seguir:

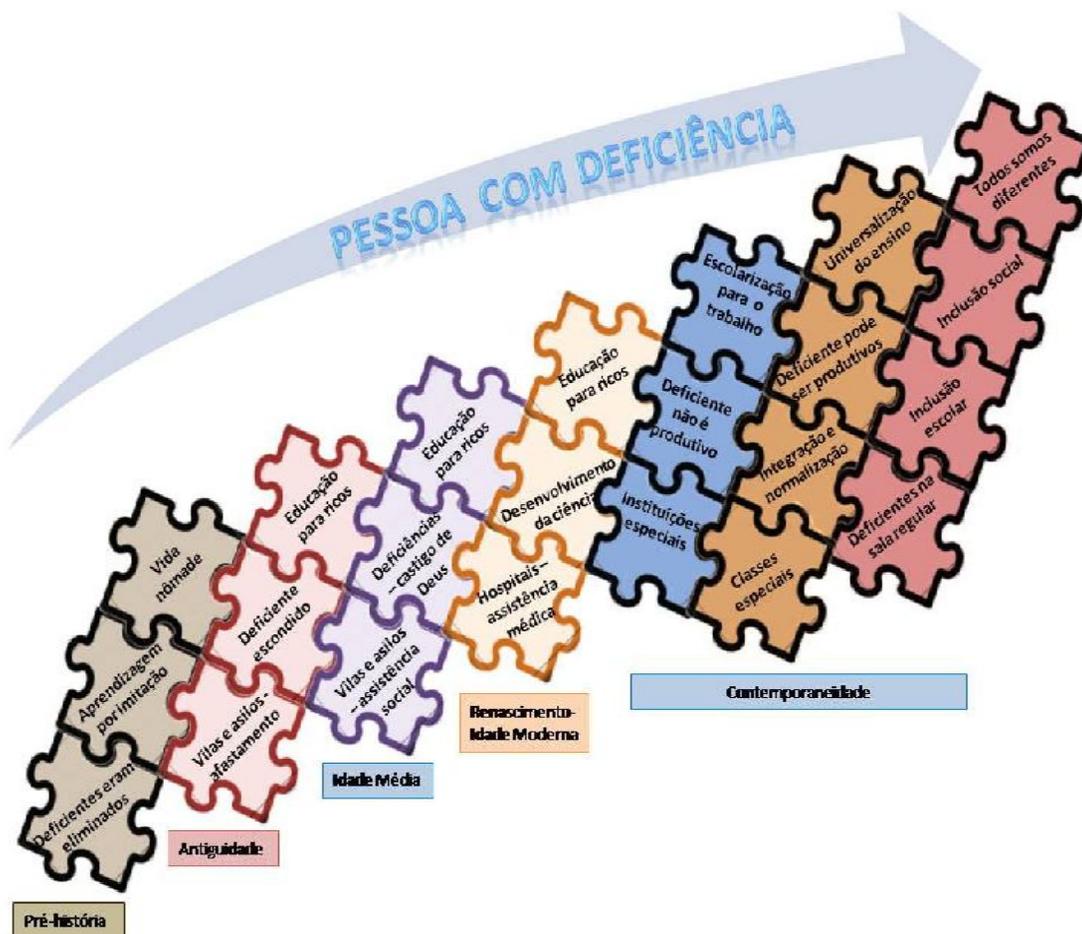


Figura: Amarrações no segmento escolar.

Fonte: Filus, 2011.

Por meio da análise da ilustração acima, Filus (2011) destacou predomínio de exclusão da pessoa com deficiência durante a maior parte do decorrer histórico, a qual passou a ser considerada e inserida nas variadas ações públicas, de acordo com mudanças de caráter social e econômico segundo os diferentes interesses políticos de cada época.

A respeito desse contexto, Silva (1987) detalhou o processo histórico da pessoa com deficiência a partir da análise de pinturas rupestres e confirmou que o olhar voltado a esse público variou desde o extermínio até a santificação, mas com predomínio de ações excludentes. Após um longo período inicial, no qual essa população permaneceu, em sua maioria, marginalizada e excluída devido às explicações místicas e religiosas para sua condição, ações assistenciais sustentadas por conhecimentos médicos de busca da cura dessas condições passaram a se desenvolver por meio de organizações institucionais predominantemente filantrópicas que as recebiam, mas também as segregavam em locais afastados do contexto social.

Historicamente, a pessoa com deficiência foi sendo inserida em diferentes espaços a partir do olhar de terceiros, daqueles sem deficiência, que se entendiam com mais capacidade para a tomada de decisões do que seria melhor para esse grupo, seja pela família ou por discretas ações públicas. Segundo Silva (1986, p. 284):

Antes do século XIX não há registros relevantes de locais especializados no acolhimento, tratamento de pessoas com deficiência, até então a pessoa com deficiência era responsabilidade de sua família, o estado não tinha nenhuma responsabilidade, interesse ou preocupação com este grupo de pessoas.

Por essa atuação enfática da família e de pessoas próximas àquelas com condição de deficiência, foi incitada uma alteração desse cenário que se desdobrou, principalmente, a partir do ano de 1948, com a definição dos Direitos Humanos, defendendo que todas as pessoas se tornassem iguais perante a Lei, sem qualquer tipo de discriminação (ONU, 1948). Esse ato deu abertura às considerações das diversidades humanas, como a deficiência, em discussões seguintes, com várias outras sendo propostas internacionalmente em benefício e defesa dos grupos minoritários. Assim, ano após ano, ações passaram a ser publicadas, visando a contribuir para a construção de um entendimento a respeito da possível atuação social dessa população, ainda que lentamente, um processo de inclusão social:

- 1975: Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Aprovada pela ONU, declamou sobre a necessidade de garantia de medidas para a prevenção, o apoio e o atendimento às condições de deficiência.
- 1981: Declaração De Sunderberg, publicada em Torremolinos, na Espanha, sugeriu a integração das pessoas com deficiência na sociedade e a oportunidade de participação plena destas nas atividades.
- 1981: Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Definido pela ONU, buscou estimular que os países desenvolvessem ações relacionadas às pessoas com deficiência em seus setores sociais.
- 1990: Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Foi publicada em Jomtiem, na Tailândia, declarando o direito de todas as pessoas à educação, e a necessidade de os países oferecerem acesso para as pessoas com deficiência ao sistema educativo.

- 1994: Declaração de Salamanca. Afirmou que os países deveriam adotar a educação inclusiva, proporcionando a mesma qualidade de ensino para todos os alunos, combatendo a discriminação e contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva.
- 1999: Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala). Declarou a necessidade de serem eliminadas todas as formas de barreiras contra as pessoas com deficiência para sua integração na sociedade.
- 2001: Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. Solicitou o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à inclusão social.

Como influência desse contexto internacional, o cenário nacional foi vagarosamente se reconstruindo e incorporando as propostas das ações acima mencionadas.

Anteriormente a essa propagação de documentos internacionais, o Brasil permanecia sob a influência da chegada de estudiosos vindos da Europa, e das tendências lá desenvolvidas. Por essa influência, algumas discretas ações haviam sido implantadas no país até aquele momento. Em 1854, Dom Pedro II fundou a primeira instituição para cegos, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o qual ainda pode ser encontrado nos dias de hoje, no Rio de Janeiro, redefinido como Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao mesmo, e que foi professor e diretor no instituto. (Silva, 1986 p. 285)

No ano de 1857, Dom Pedro II cria o Instituto para meninos surdos-mudos, com a finalidade de oferecer educação literária e ensino profissionalizante; e nos anos seguintes, sob tendência europeia, criou o Asilo dos Inválidos da Pátria, localizado na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, para soldados incapacitados vindos da guerra. (Silva, 1986, p. 289).

Segundo Silva (1986), diferente dos primeiros asilos, este possuía um regulamento que permitia aos soldados inválidos se reintegrar à sociedade e deixar a ilha. O regulamento ainda previa a obrigatoriedade de trabalho nas hortas e oficinas conforme suas aptidões físicas, assim como a contribuição financeira de acordo com as pensões que recebiam do Tesouro Nacional. Contudo, ainda conforme a autora, após a proclamação da República, a atuação do Asilo foi esvaziada, suas condições se tornaram precárias, e foi desativado 107 anos após sua inauguração.

No período seguinte, com a proclamação da República, as ações direcionadas a essa população não tiveram continuidade significativa. Associada à ausência de ações humanistas, nos anos de 1930, por forte influência da doutrina militar e valorização pela

eugenia da raça, houve um passo para trás, quando a Portaria Ministerial nº 13, de 1º de fevereiro de 1938, combinada com o Decreto nº 21.241/38, proibiu a matrícula em estabelecimento de ensino secundário o aluno cujo estado patológico o impedia permanentemente das aulas de Educação Física. (Carmo, 1991, p. 31)

Tal entendimento perpassou a trajetória educacional dessas pessoas, que contaram com ações governamentais de forma tímida para contribuir com essa realidade, com as ações estruturadas de forma mais contundente pela sociedade civil, como com a criação da Associação Pestalozzi e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, entre outras que buscaram colaborar com a educação dessas pessoas que foram alijadas do sistema educacional.

A partir da Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, e dos seguintes documentos internacionais que instaram os diversos países a atuarem nesse contexto, as ações políticas nacionais foram impulsionadas abarcando diferentes cenários e possibilidades de atuações segundo as necessidades das pessoas com deficiência na sociedade. Em uma exposição cronológica sobre esses fatos, Carmo (1994) destaca a realização das seguintes ações:

- 1958: o Decreto nº 044236 instituiu a campanha nacional de educação e reabilitação dos deficitários visuais.
- 1960: o Decreto nº 48.691 instituiu a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais.
- 1965: a Lei nº 004613 isentou os impostos de importação, de consumo e taxa dos despachos aduaneiros, os veículos especiais destinados ao uso exclusivo de pessoas com deficiência física que fossem impossibilitados de utilizar os modelos convencionais.
- 1969: o Decreto-Lei nº 001044, de 21 de outubro de 1969, garantiu tratamento especial de ensino para a pessoa com deficiência ou a pessoa doente.
- 1969: o parágrafo 1º do artigo 153 da Constituição Brasileira estabeleceu que “todos são iguais perante a Lei, sem discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”.
- 1973: o Decreto nº 72.425, de 1973, criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), destinado a criar políticas públicas para a organização da Educação Especial no Brasil.

- 1975: a Resolução nº 000492, de 21 de março de 1975, estabeleceu critérios para a concessão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) às pessoas com deficiência auditiva.
- 1978: a Emenda Constitucional nº 000012 alterou a Constituição Federal, definindo em Artigo único, a garantia às pessoas com deficiência, de melhora socioeconômica por meio de educação especial e gratuita; a assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; a proibição de discriminação no trabalho, serviço público ou em relação aos salários; e a possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.
- 1980: o Decreto nº 084919 instituiu a Comissão Nacional do Ano Internacional das pessoas deficientes. Esse Decreto atendeu a uma demanda da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, estipulando que os países deveriam adotar ações em todos os seus contextos sociais em relação a essa população, como ajudar os deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade; promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade; estimular projetos de estudo e pesquisa, visando à participação prática e efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transporte; educar e informar o público sobre o direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e política; e promover medidas eficazes para a prevenção de deficiências e para a reabilitação das pessoas deficientes.
- 1982: a Lei nº 7.070 dispôs sobre uma pensão às pessoas com deficiência física.
- 1985: o Decreto nº 91.872 instituiu um comitê para organizar ações destinadas à melhoria da educação especial e à integração das pessoas com deficiência, problemas de conduta e superdotadas na sociedade.
- 1985: a Lei nº 7.405 deu obrigatoriedade à colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços sociais que permitissem a participação da pessoa com deficiência.

Com a definição de uma nova Constituição Federal, em 1988, após o fim da Ditadura Militar e a reconstrução político-social democrática, outro conjunto de leis de incentivo

a esse público foi organizada, já reconstruindo os paradigmas sociais em direção a uma perspectiva inclusiva:

- 1988: a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 208 determinou como dever do Estado a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988, p. 11-12)
- 1996: a Lei n° 9.394 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Especificou como dever do Estado o fornecimento de serviços de apoio aos alunos com deficiência dentro das escolas regulares ou serviço especializado em ambiente externo a essas instituições quando essa participação não fosse possível, contudo mantendo como objetivo principal a ampliação do atendimento a essa população dentro do sistema educacional regular. (BRASIL, 1996)
- 2011: o Decreto n° 7.612 instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Com o objetivo de articular as políticas e as ações relacionadas aos direitos dessa população, garantiu um sistema educacional inclusivo, com equipamentos públicos acessíveis e desenvolvimento de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2011)
- 2015: a Lei n° 3.146 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Garantiu a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiência, criou o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), com a finalidade de coletar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, assegurou um sistema educacional inclusivo em todas as modalidades e níveis de ensino, com um aprimoramento dos sistemas de ensino atuais para atuarem de forma inclusiva e a acessibilidade. (BRASIL, 2015)

Assim, a partir da promulgação da Constituição de 1988, houve medidas que garantiram o acesso e a participação social de todos, ou seja, foi estabelecido que os espaços, sejam eles públicos ou privados, deveriam estar adaptados fisicamente e programaticamente para pessoas com deficiência. (BRASIL, 2004)

Por esse percurso, culminamos na estipulação legal de uma sociedade a ser construída de forma inclusiva, ou seja, com a superação de barreiras arquitetônicas, de conhecimento e atitudinais, e o oferecimento da acessibilidade em todos os espaços e serviços sociais, garantindo o acesso, a permanência e a atuação com qualidade da pessoa com deficiência em todos os cenários.

Observa-se, portanto, que esse processo de aquisição de direitos da pessoa com deficiência à sua participação social passou, principalmente, por três fases. Posteriormente aos eventos excludentes, a primeira fase significativa de críticas ao contexto segregacionista foi conceituada de Normalização por Bank-Mikhelsen, na Dinamarca, em 1959, na qual tiveram início pesquisas sobre formas de proporcionar a essa população atividades, e um estilo de vida próximo ao vivenciado na sociedade, contudo ainda dentro de instituições especiais. Entre 1960 e 1970, a fase de Integração a sucedeu, criticando tal segregação e buscando preparar as pessoas com deficiência para que elas pudessem ser inseridas nos diferentes contextos e atuassem de forma semelhante às demais pessoas. Criticando a forma como essa integração vinha ocorrendo, entre 1980 e 1990, o princípio inclusivo despontou, atribuindo à sociedade, e não mais à pessoa com deficiência, a função de se adaptar para permitir a participação de todos na sua estrutura e função (Silva; Seabra Junior; Araújo, 2008; Smith, 2008).

Segundo a Unesco (2008), a inclusão ressaltou a necessidade de tal processo de participação da pessoa com deficiência na sociedade ser sustentada por um percurso que demanda ações permanentes de identificação e remoção de barreiras, buscando estabelecer a presença e a participação social de todos com sucesso, especialmente às pessoas com riscos de exclusão e marginalização.

Contudo, segundo Maciel (2000), apesar de a inclusão estar estabelecida em promulgações nacionais e internacionais, na realidade muitas dificuldades ainda são encontradas para se efetivar tais determinações, com o setor da saúde mantendo-se precário no oferecimento de vagas, equipamentos e terapias; a área social com escassez de verbas para o oferecimento de programas de orientação e acolhimento às necessidades; o mercado de trabalho admitindo essa população apenas para composição do quadro de trabalhadores estabelecido legalmente, mas ainda assim com número de vagas e salários reduzidos, com ausência de compreensão acerca das suas potencialidades; os segmentos de lazer, cultura e transporte ainda apresentando dificuldades referentes à acessibilidade arquitetônica e até mesmo à implantação de projetos destinados a essa população; e a escola recebendo alunos com deficiência física, mas muitas vezes não oferecendo um ensino de qualidade por falta de profissionais qualificados, ausência de equipamentos e materiais, dificuldades de organização e orientações à comunidade escolar, dentre outros inúmeros fatores impeditivos à sua participação efetiva.

Para uma alteração desse quadro e um caminhar em direção à implantação das ações legais, deve-se visar um oferecimento de produtos, recursos materiais, instrucionais,

atitudinais e a transformação no entendimento sobre as potencialidades da pessoa com deficiência. Para isso, ações podem ser contributivas, como a elaboração e a implantação de projetos destinados ao atendimento dessa população, a maior divulgação dos documentos legais e internacionais produzidos, a capacitação dos profissionais dos diversos setores sociais para oferecer um atendimento de qualidade a todos, além de projetos de sensibilização contínua das instituições e da população sobre o contexto inclusivo (Maciel, 2000).

Para esse alcance, a sociedade precisa estar acessível a todos, ou seja, deve ser oferecida também às pessoas com deficiência “possibilidades e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação de todos os espaços e equipamentos públicos nacionais”. (BRASIL, 2000, p. 1)

Cabe aqui ainda citar que o processo de inclusão é notoriamente importante pois promove a autonomia dessas pessoas que se tornam capazes de usufruir de atividades de lazer num espaço para todos.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA E MÉTODOS

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, de cunho exploratório. Segundo Thomas, Nelson e Silverman, (2012) a pesquisa qualitativa consiste geralmente na construção de hipóteses e teorias de modo indutivo e enfatiza o método interpretativo como resultado de observações realizadas em ambientes do cotidiano, sendo necessário um estudo-piloto e permitindo uma seleção proposital dos participantes possibilitando, a partir da amostra, um entendimento e aprendizado com mais foco.

Será utilizado, dentro da pesquisa qualitativa, um recurso de pesquisa exploratória segundo (PIOVESAN E TEMPORINI, 1995 p. 321). Define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer.

Ainda sobre a metodologia de pesquisa exploratória, segundo Piovesan e Temporini, 1995, p. 321)

A pesquisa exploratória leva o pesquisador, frequentemente, à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas para ele, contribuindo para que, paulatinamente, seu próprio modo de pensar seja modificado. Isto significa que ele, progressivamente, vai ajustando suas percepções à percepção dos entrevistados. Em outras palavras, ele vai conseguindo controlar, quase que imperceptivelmente, o seu viés pessoal.

Para obter os dados e realizar a análise posterior, foi escolhido o instrumento questionário, que segundo Thomas, Nelson e Silverman (2012 p. 293), costuma ser respondido por escrito, sendo permitidas questões fechadas e abertas.

Foi elaborado um questionário, disponível no Apêndice 1, com 27 questões abertas e fechadas.

A primeira parte do questionário foi composta por questões fechadas (que permitem a escolha de uma entre todas as opções oferecidas de resposta) com o intuito de traçar o perfil dos participantes da pesquisa e obter maiores informações que contribuirão na análise qualitativa dos dados (Thomas, Nelson e Silverman, (2012). Foram coletadas informações referentes à faixa etária, ao gênero, tipo de deficiência, nível de escolaridade e profissão, entre outros. Em seguida foram propostas questões abertas, com o intuito de permitir aos participantes expressarem suas percepções, opiniões e sentimentos, fornecendo assim liberdade na formulação de suas respostas e expandindo ideias (THOMAS, NELSON e SILVERMAN, 2012). Dessa forma pretende-se realizar análise qualitativa dos dados obtidos nas questões abertas e fechadas.

A análise foi feita a partir da categorização das respostas segundo THOMAS, NELSON e SILVERMAN, (2012 p. 381): “Os dados precisam ser estudados e classificados de modo que o pesquisador possa recuperar e analisar as informações por categorias como parte do processo indutivo”.

Alguns cuidados foram tomados para que o participante tivesse o menor desconforto, como adequação de horário e local de coleta dos dados.

Para o estudo-piloto, realizou-se a coleta com pessoas com deficiência que fossem participantes de algum programa de atividades regulares do Sesc totalizando a coleta de quatro questionários respondidos. Pessoas que não tinham possibilidade de escrever contaram com o auxílio do agente aplicador, possibilitando a leitura em voz alta e gravação, sendo posteriormente transcrito. Havia também a hipótese de o questionário ser traduzido para a Língua Brasileira de Sinais – Libras, por um intérprete, e neste caso seriam gravadas as imagens para que as respostas pudessem ser transcritas posteriormente e realizada a análise dos dados. Em ambos os casos a gravação de voz e/ou imagem foi feita somente após autorização que consta no Termo Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) disponível no Apêndice 2.

Com base no estudo-piloto, o questionário foi ajustado e submetido a um total de vinte participantes, sendo que nenhum destes havia participado do projeto-piloto.

A pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com seres humanos e foi aprovado sob o número CAAE: 97431218.5.0000.5404.

4.1 Caracterização dos participantes

Participaram da pesquisa vinte pessoas com deficiência (física, motora, visual, auditiva e múltipla), que frequentam o Sesc em suas unidades na cidade de São Paulo e nas cidades do interior. As unidades foram escolhidas, propositalmente, sendo utilizada como critério a identificação de pessoas com deficiência, participantes das atividades propostas pela instituição.

4.2 Critérios de participação

Critérios de inclusão

Participaram da pesquisa pessoas com deficiência física, motora, visual, auditiva e múltipla, maiores de 18 anos, sem deficiência intelectual associada e que estavam de acordo com o TCLE.

Critérios de exclusão

Não puderam participar da pesquisa pessoas que não possuem deficiência, menores de 18 anos, ou com deficiência intelectual e/ou cognitiva associada.

4.3 Forma de análise dos resultados

Para análise das respostas optou-se por realizar a análise de conteúdo.

Segundo Carregnato e Mutti, 2006,

A maioria dos autores refere-se à análise de conteúdo como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. O texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.

Para Bardin, 2011,

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens.

4.4 O processo de pesquisa

Para que a pesquisa pudesse ser aplicada dentro das unidades do Sesc e com seus frequentadores, foi formalizada uma autorização institucional, a qual foi deferida. A autorização institucional está disponível no Anexo 2.

O passo seguinte foi realizar o mapeamento das pessoas com deficiência participantes das atividades do Sesc. No entanto, a instituição não possuía um registro das pessoas com deficiência em suas unidades ou um cadastro centralizado que pudesse ser consultado, ou seja, não há registro de quantos alunos com deficiência participam das atividades regulares. Assim, a seleção dos participantes se deu de forma mais investigativa. Foi solicitada aos núcleos esportivos, professores e supervisores de núcleo a verificação da existência de pessoas com deficiência em aulas, atividades e programações da unidade e, em caso positivo, tais alunos foram elencados. Nessa etapa houve unidades e núcleos esportivos que não se mostraram interessados em participar e colaborar com a pesquisa, não realizaram o levantamento ou apenas disseram que não havia pessoas com deficiência em suas atividades que pudessem atender aos critérios de participação.

Após essa dinâmica foi feita uma triagem para então eleger os alunos que poderiam ser participantes em potencial, respeitando os critérios preestabelecidos.

Para a aplicação do questionário foi realizado primeiramente um contato telefônico com o participante e uma breve explicação a respeito da pesquisa. Nesse mesmo contato foi realizado o agendamento para a conversa, a assinatura do TCLE e a aplicação do questionário no dia e horário que melhor atendesse ao participante.

Após a coleta de dados de todos os participantes realizou-se a tabulação dos dados para a caracterização dos participantes e análise de conteúdo por categorias, de acordo com as respostas das questões abertas. A análise de conteúdo foi feita por meio da categorização, de acordo com os conteúdos das respostas, ou seja, foram criadas categorias por palavras e frases que se assemelhavam semanticamente.

CAPITULO 5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Participaram 13 pessoas do sexo feminino e sete do sexo masculino (Gráfico 1), totalizando vinte participantes, com idades entre 38 e 88 anos (Gráfico 4). Embora a grande maioria tenha relatado deficiência adquirida, cinco a adquiriram no primeiro ano de vida, e 19 pessoas têm a deficiência há mais de 10 dez anos (Gráfico 2).

Assim como o cadastro geral de pessoas credenciadas no Sesc (SESC 2015, p. 48) e o relatório do Núcleo de Antropologia da USP (NAU), em 2015, verificou-se a predominância dos participantes do sexo feminino (65%) em relação ao sexo masculino (35%).

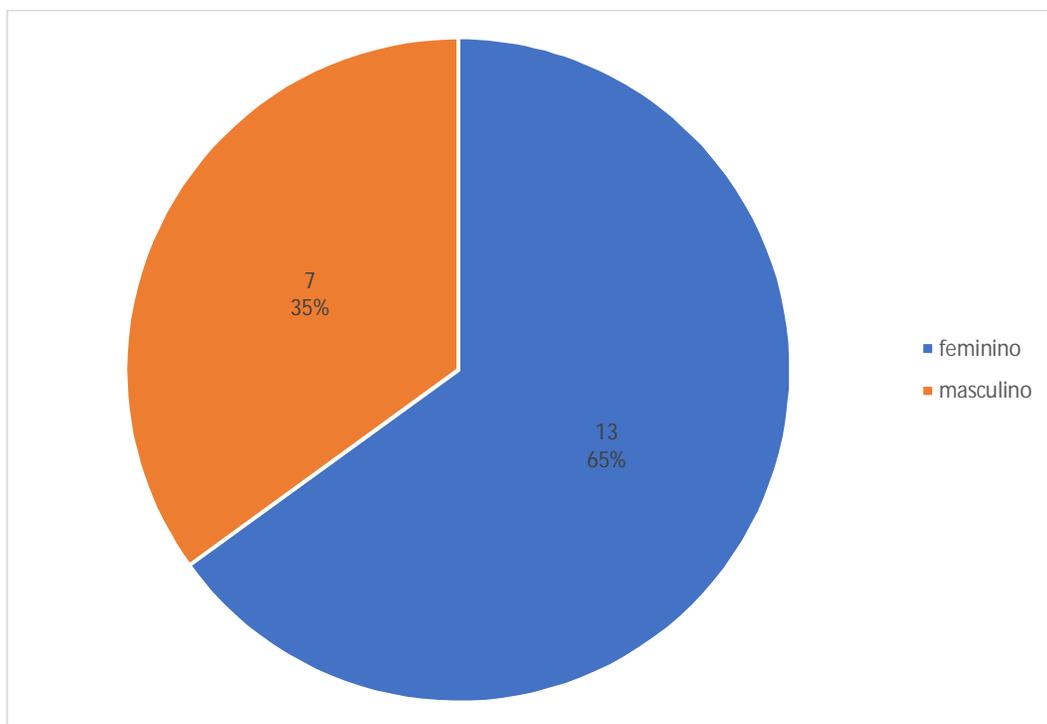


Gráfico 1 - Distribuição por sexo.

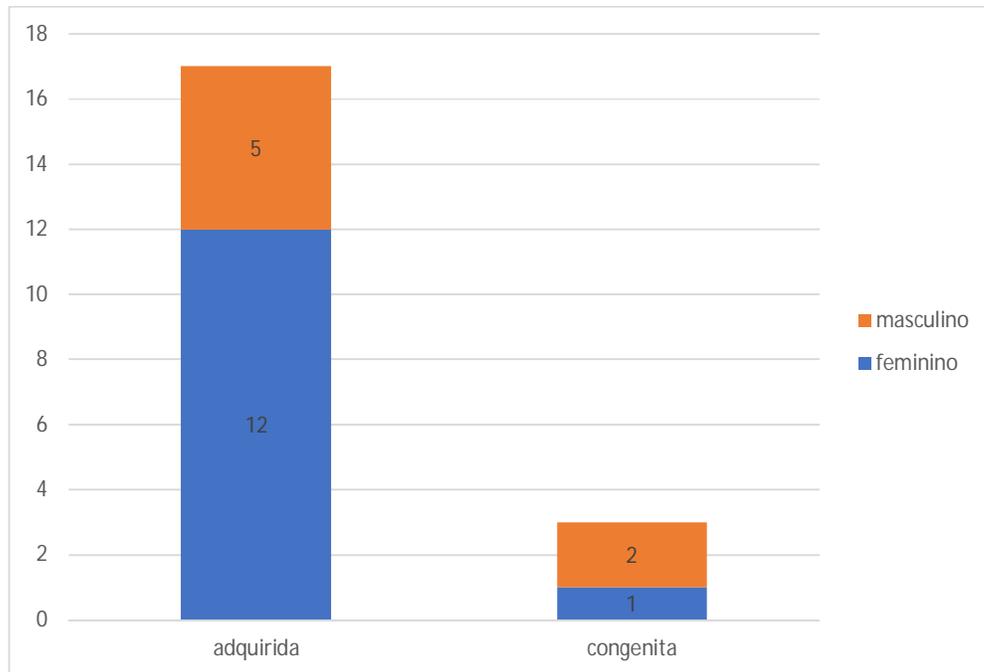


Gráfico 2 - Relação entre sexo e origem da deficiência.

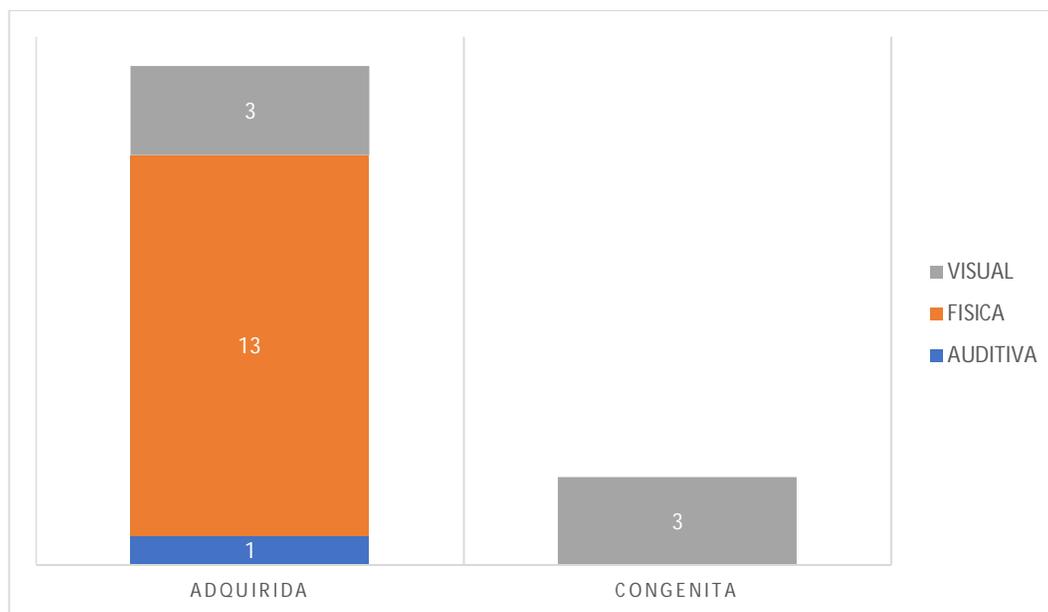


Gráfico 3 - Tipo de deficiência versus origem da deficiência.

Em relação ao tipo de deficiência, os participantes apresentaram limitações leves a moderadas, sendo apenas quatro deles cadeirantes (os demais faziam uso de acessórios de apoio).

Dentre as diversas origens das deficiências, participaram pessoas com sequelas de poliomielite, retinose pigmentar, mielite transversa, lesão medular, uveíte, lesão no nervo fibular, lesão na coluna L5, lesão no nervo fibular, espondilite anquilosante, estrabismo, esmagamento da perna direita e hemiplegia do lado esquerdo.

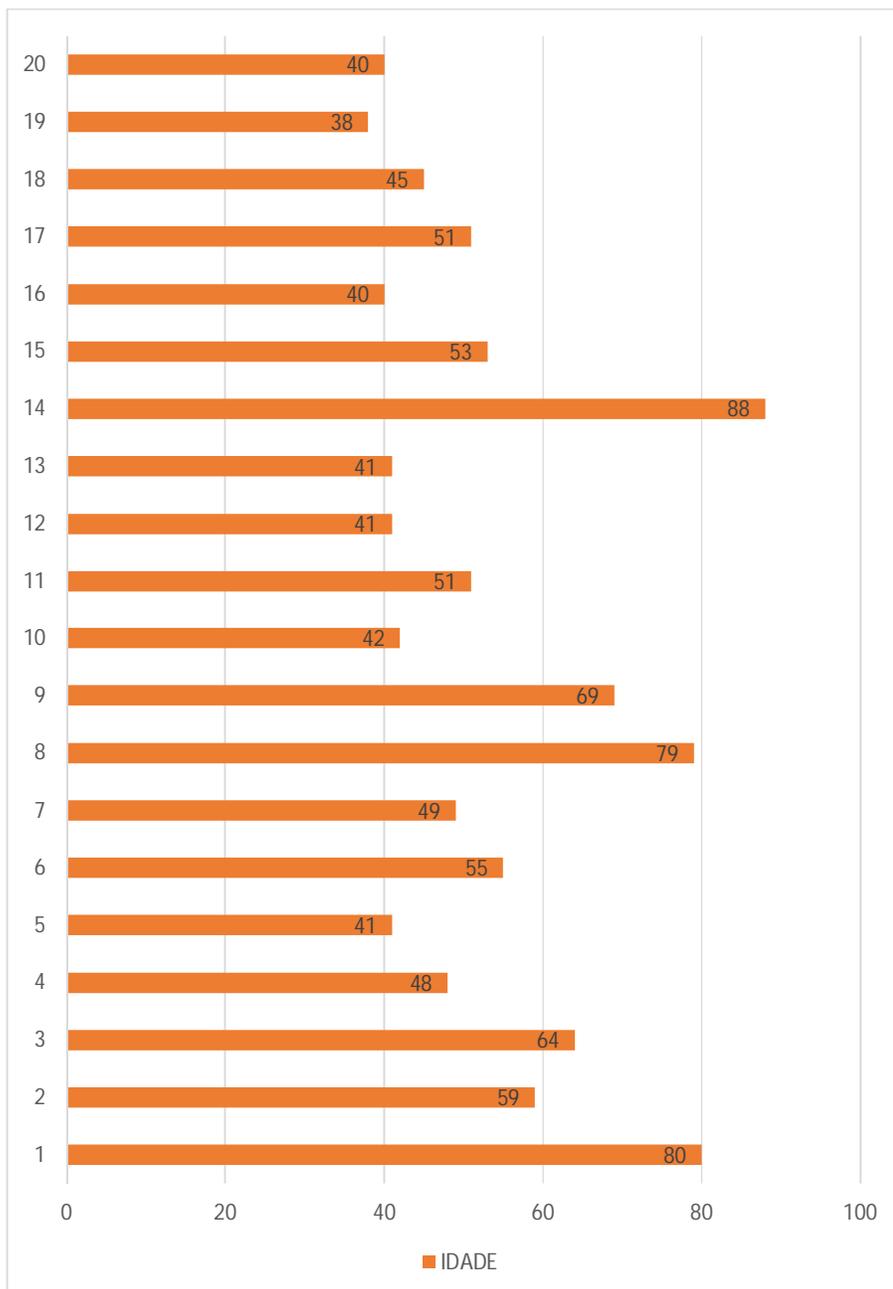


Gráfico 4 - Idade dos participantes.

Quanto às idades dos participantes, cinco têm mais de 60 anos; oito possuem entre 38 e 45 anos; e sete entre 48 e 59 anos. Não há um equilíbrio na distribuição das faixas etárias

e não houve participantes entre a faixa etária de 18 a 38 anos (Gráfico 4). No banco de dados de cadastro geral dos credenciados no Sesc a distribuição quanto à faixa etária, aproximadamente um terço possui de 30 a 45 anos de idade. As outras faixas encontram-se distribuídas de forma equilibrada: 22% encontram-se na faixa de 18 a 29 anos; 22% na faixa de 45 a 59, e 21% com 60 anos ou mais. (SESC 2015)

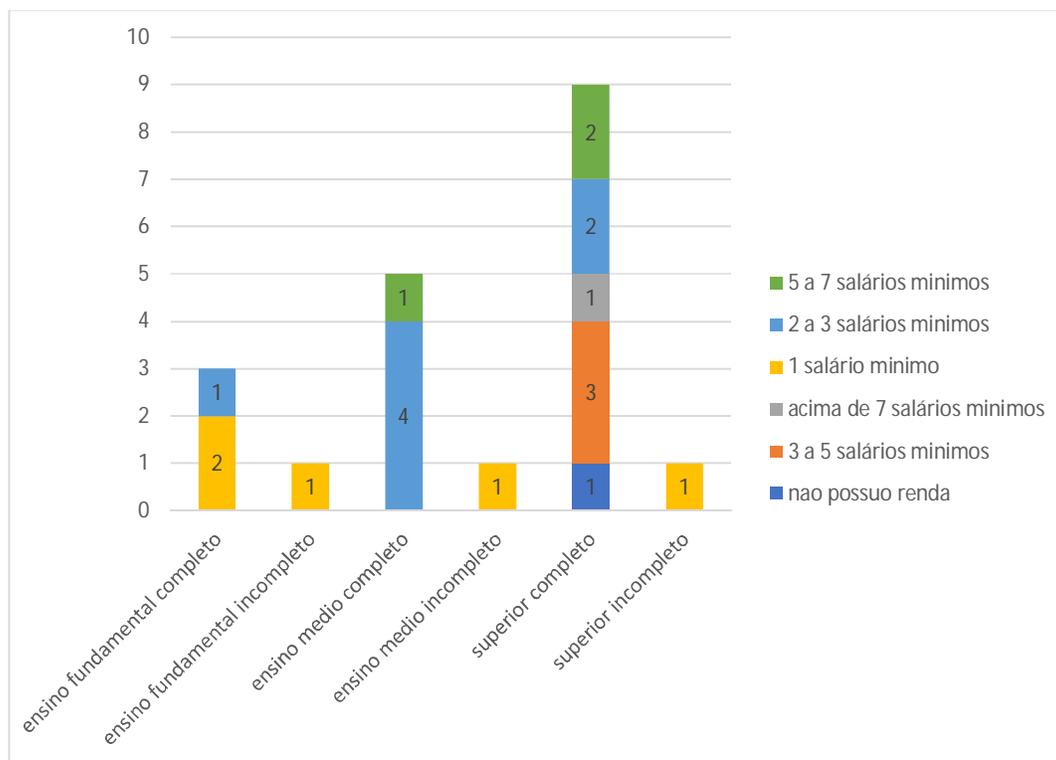


Gráfico 5 - Escolaridade e renda.

Todos os participantes passaram pelo sistema de ensino. Nenhum participante era analfabeto. Neste item também não há similaridade entre os cadastrados gerais no Sesc. A população estudada apresenta maior taxa de pessoas que frequentaram o ensino superior, sendo que nove deles concluíram o curso, e somente um não concluiu. No cadastro geral em relação à escolaridade, verifica-se que os maiores índices se referem aos frequentadores com ensino médio completo. (SESC 2015)

Em relação ao nível de renda, a população estudada apresenta similaridade com a população geral, uma vez que metade do grupo estudado apresenta renda entre um e cinco salários mínimos, próximo aos 59% apresentados no relatório do Núcleo de Antropologia da USP (NAU, p. 53).

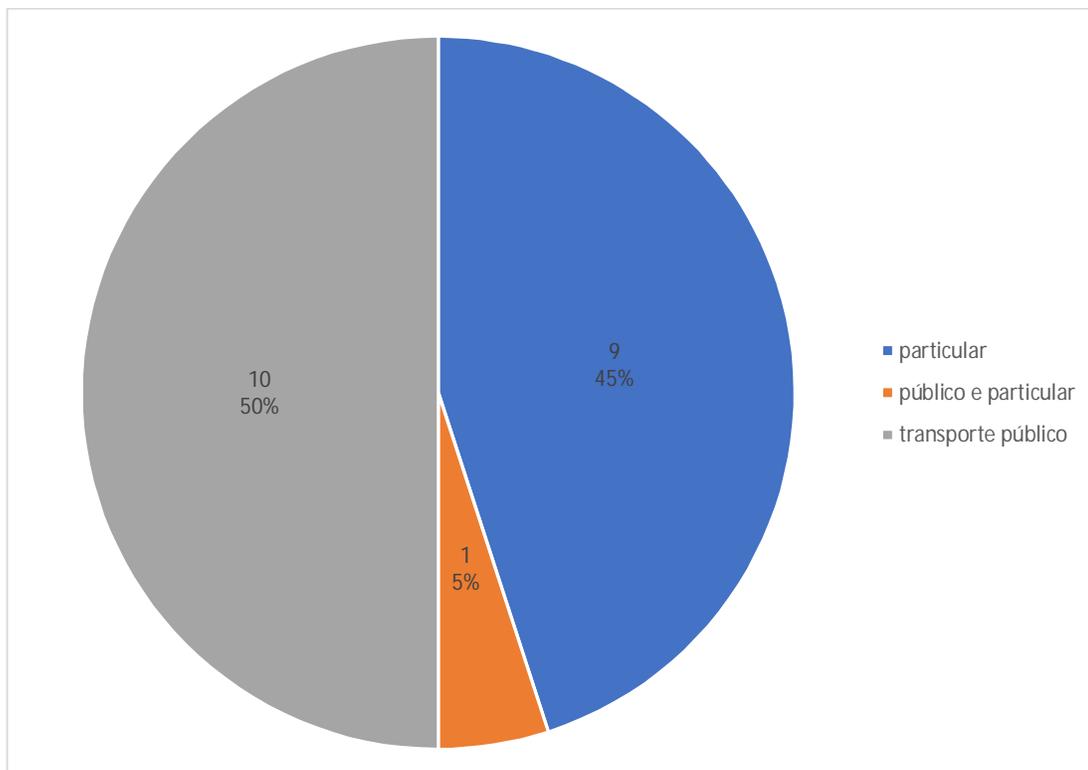


Gráfico 6 - Meios de locomoção.

Como meio de transporte, nove responderam que utilizam carro particular, e os demais fazem uso do transporte público.

Meio de transporte	Quantidade
Particular	9
Público	11

Quanto aos locais de lazer, a maioria dos participantes apontou que os frequenta, e os mais citados foram: parques, cinemas, Sesc, shopping, teatro, igreja e outros. Quatro participantes que frequentam o Sesc destacaram como outras opções somente reuniões ou visitas a familiares.

Locais de lazer	quant. de vezes citada
ballet cegos Fernanda Bianchini	1
bar	1
cinema	4
encontros com natureza	1
encontros de família	4
igreja	1
parque	7
praias	2
restaurante	1
Sesc	6
Sesi	1
shopping	2
teatro	4

Em relação à autonomia, todos os entrevistados saem de casa sozinhos quando precisam, e apenas dois disseram não ser autônomos para as atividades de vida diária, necessitando de pequenas ajudas. Ambos são pessoas com deficiência física.

De todos os participantes, 17 passaram a frequentar o Sesc após a condição de deficiência e três já frequentavam o Sesc antes de adquirir a deficiência.

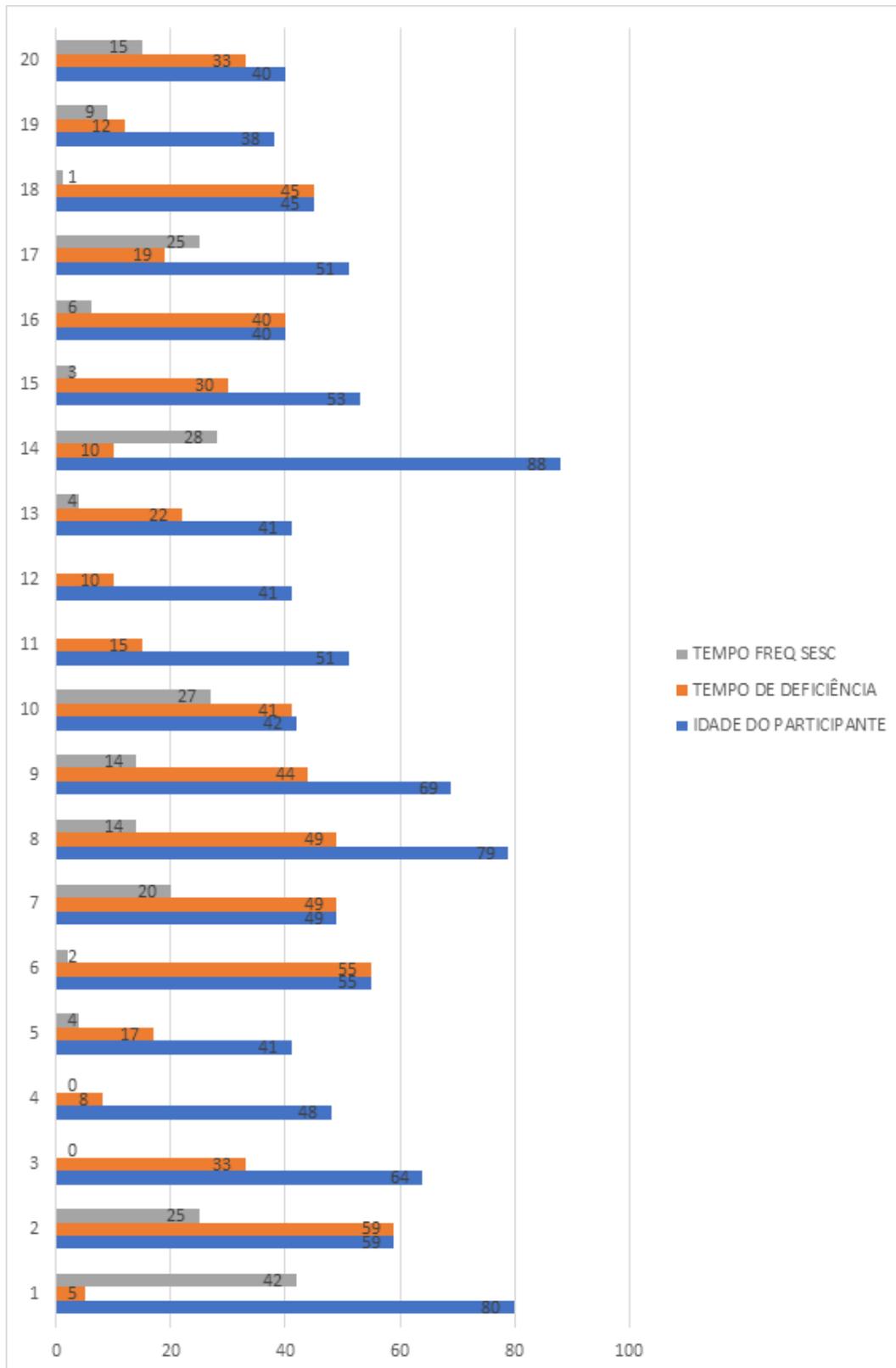


Gráfico 7 - Relação de idade *versus* tempo de deficiência e tempo que frequentam o Sesc.

Em relação à frequência ao Sesc temos:

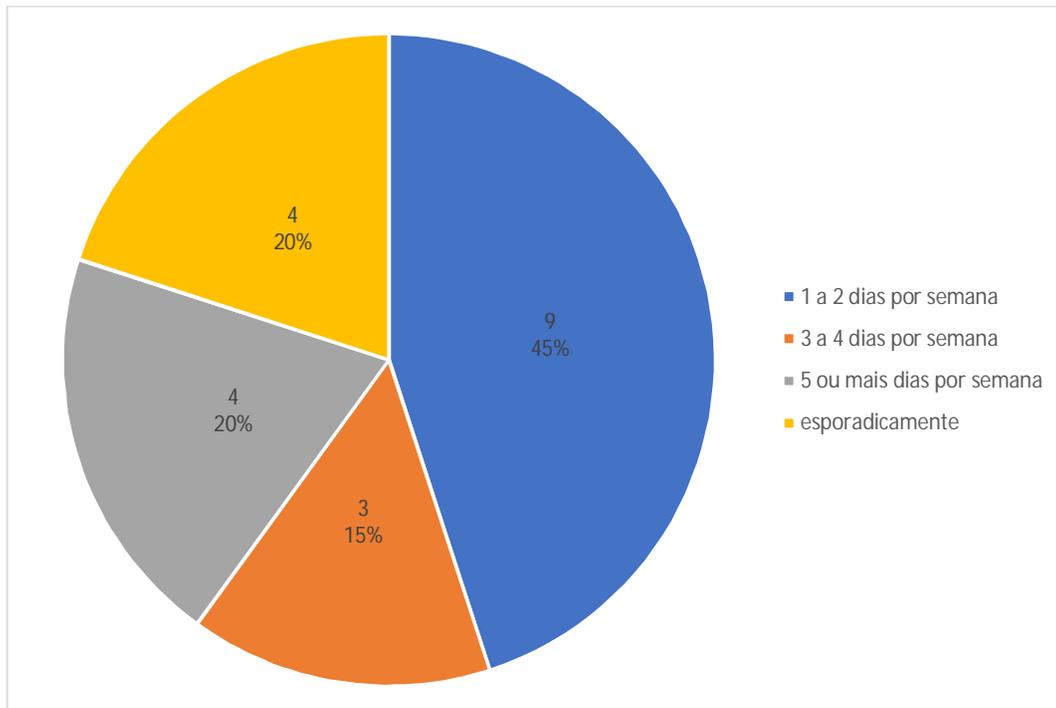


Gráfico 8 - Frequência ao Sesc.

Dezesseis participantes tem uma frequência regular na instituição, ou seja, há adesão e permanência nas atividades.

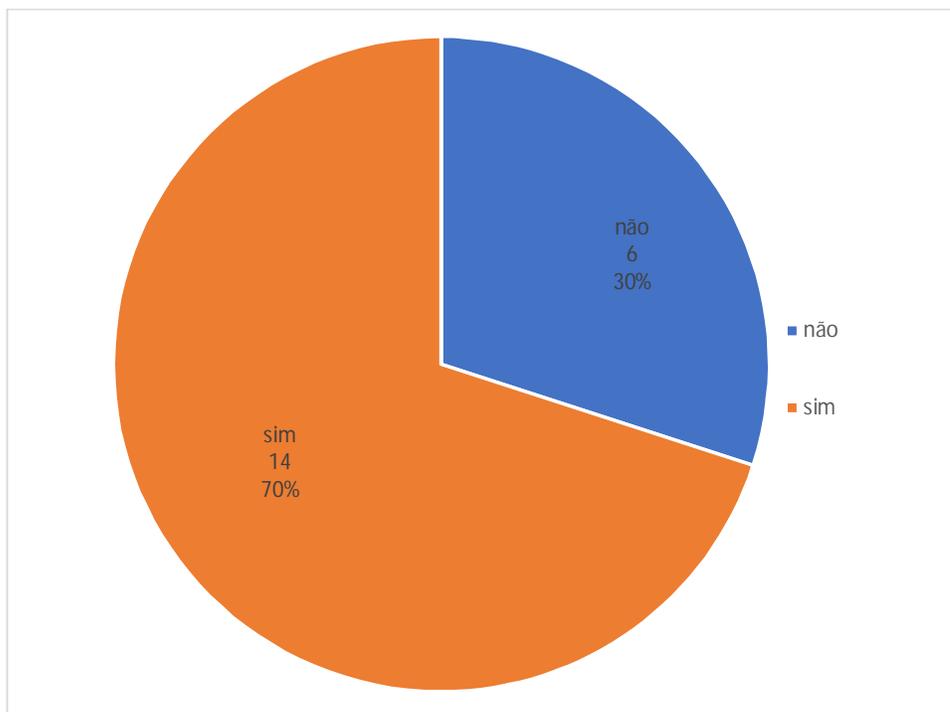


Gráfico 9 - Companhia para ir ao Sesc.

Pode-se inferir que companhia para ir ao Sesc se dá nos momentos de lazer, já que durante a coleta de dados, aplicação do questionário, observou-se que os entrevistados estavam sem acompanhante, são autônomos para sair de casa sozinhos, sem a necessidade de ajuda para acessar as dependências da instituição.

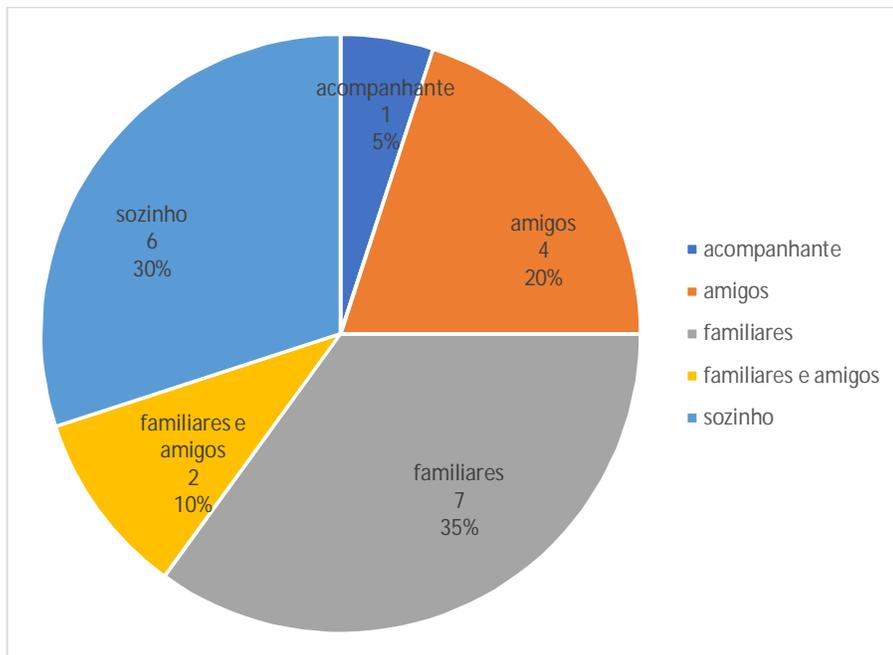


Gráfico 10 - Com quem vai ao Sesc?

Em relação à companhia para frequentar o Sesc, 14 pessoas (70%) indicam que o fazem acompanhados de amigos (6) ou familiares (8), e 6 participantes frequentam o Sesc sozinhos (Gráfico 9).

Em relação aos credenciados no banco de dados do Sesc, no que se refere à frequência familiar, verifica-se que 65% dos entrevistados frequentam o Sesc com a família. (SESC 2015, p. 60)

Apenas um dos participantes que frequenta o Sesc sozinho apontou a instituição como local de lazer. Os demais participantes apontaram como motivo de frequência ao Sesc a prática de natação e ginástica, saúde, variedade de atividades, qualidade das atividades.

Em relação às pessoas participantes do estudo que frequentam o Sesc acompanhados de amigos ou familiares, estas apontam a instituição como um local de lazer, com facilidade de acesso e boa programação, o que pode ser constatado pelas próprias palavras dos participantes: “qualidade de vida”, “gosto muito, além do lazer”, “amo”, “moro perto”, “lugar para fazer exercício e não é caro”, “vivência de esportes”. trechos citados nas respostas dos questionários referentes à pergunta: “Por que frequentam o Sesc?”.

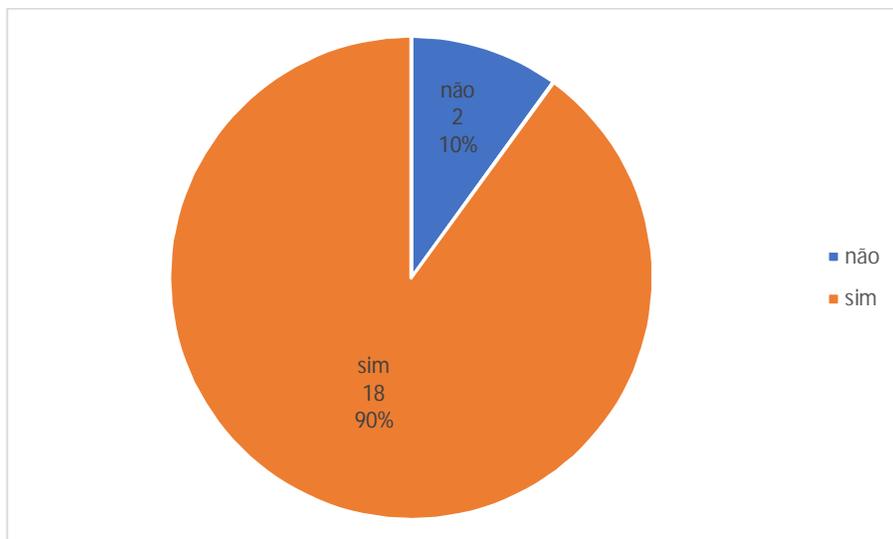


Gráfico 11- Prática de esporte.

Dentre os participantes, 18 praticam algum esporte ou já praticaram.

Esportes citados: ginastica multifuncional, vôlei sentado, natação, tênis de mesa, tênis adaptado, alongamento, judô, ioga, e sinalizaram os pontos favoráveis à programação, o atendimento e a acessibilidade.

tipo de atividade fisica/esporte	quant. de vezes citada
alongamento	1
aulas em grupo	1
caminhada	2
GMF	9
ioga	1
judô	1
natação	3
tênis adaptado	1
tênis de mesa	1
volei sentado	4
não	2

Referente à programação do Sesc, os participantes desta pesquisa a classificaram como “boa”, “muito boa”, “ótima”, “diversificada”, “rica em conteúdo”. Os participantes com menos tempo de frequência no Sesc apontam que a instituição oferece bastante programação, mas ainda não participam da mesma.

Quanto às questões menos favoráveis referentes à programação, foram citadas a baixa quantidade de ingressos, a baixa quantidade de programação adaptada para deficientes (apareceu três vezes), ausência de intérprete de Libras para shows, e divulgação ruim

(apareceu mais de duas vezes). Dez questionários não tiveram apontamentos para quesitos a serem melhorados, relativos à programação.

Assim temos a seguinte nuvem de palavras.



Nuvem de palavras1-Em azul citações favoráveis a programação e em laranja citações menos favoráveis à programação

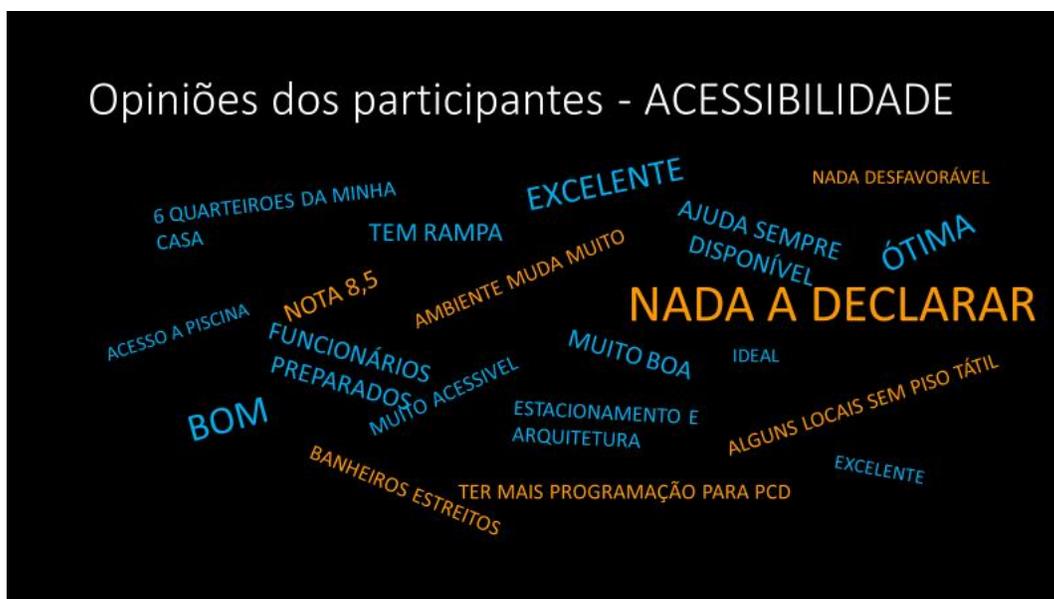
Quanto ao atendimento, apresentaram-se adjetivos como “muito bom”, “excelente” (mais de uma vez), “ótimo”, “atendimento acolhedor”, “bons professores no acompanhamento”, “auxílio para as atividades no refeitório” e “atendimento educado”. Apesar da alta quantidade de participantes que não se pronunciaram a respeito do atendimento, houve apontamentos quanto ao preparo dos professores para o atendimento de pessoas com deficiência, lentidão em solucionar alguns problemas, desinformação a respeito da programação, lentidão no atendimento (eventualmente relacionado ao sistema interno, à grande quantidade de pessoas a serem atendidas, e falta de abordagem de alguns funcionários).



Nuvem de palavras² -Em azul citações favoráveis ao atendimento e em laranja citações menos favoráveis ao atendimento

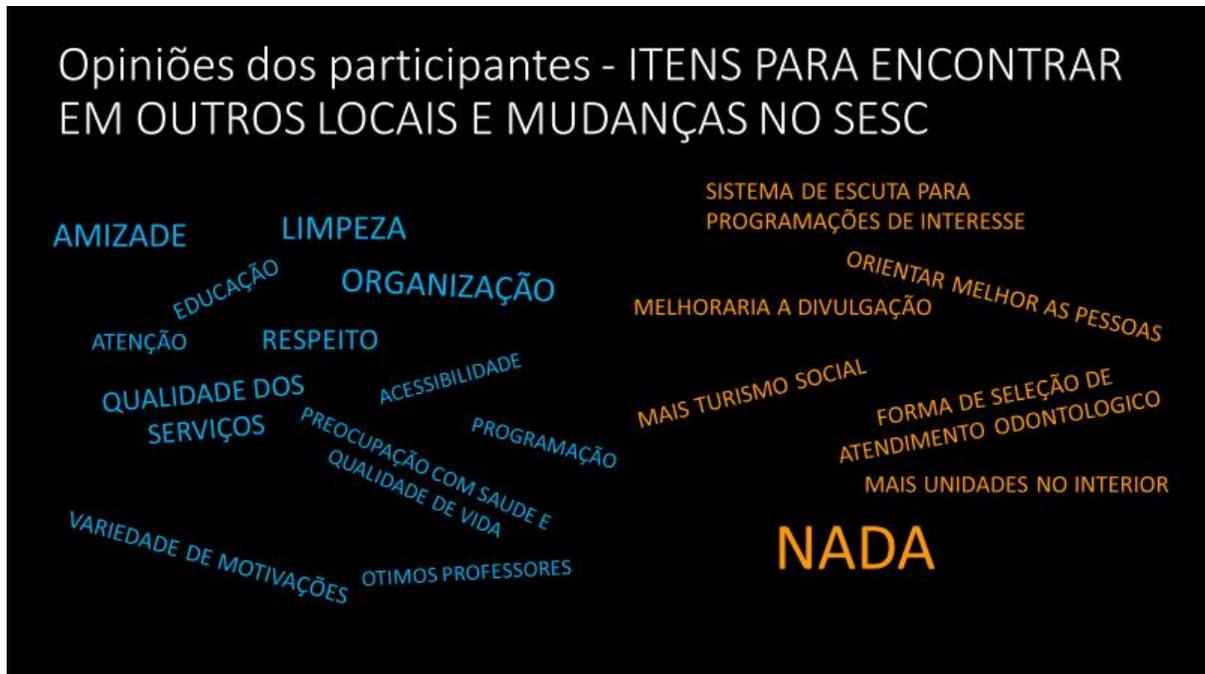
Quanto à acessibilidade, as palavras “boa”, “ótima” e “ideal” apareceram mais de uma vez, apontamento para a arquitetura do ambiente com rampas e piso tátil como bons, e auxílio dos funcionários também foram citadas como pontos positivos.

Quanto à acessibilidade foram apontadas as seguintes situações: falta de equipamentos da sala de ginástica adaptados para PCDs, locais não acessíveis para cadeirantes, móveis da sala de tecnologia e artes não encaixam a cadeira, banheiros muito estreitos (citado duas vezes), a grande quantidade de mudanças de mobília nos ambientes (o que dificulta o deslocamento das pessoas com deficiência visual), a altura da vitrine da comedoria (que não possibilita a visualização total dos alimentos), e a falta de piso tátil para alguns. Oito questionários não tiveram apontamentos relativos à acessibilidade.



Nuvem de palavras² -Em azul citações favoráveis à acessibilidade e em laranja citações menos favoráveis à acessibilidade

Quanto aos itens que eles encontram no Sesc e que gostariam de encontrar em outros locais, foram citadas as seguintes categorias (da mais citada para a menos citada): respeito, organização, educação, limpeza, acessibilidade, qualidade, sociabilidade, esforço para atender às PCDs, preço acessível. Diante da categorização deste item, valores como respeito, organização e educação foram os mais citados. Assim sendo, infere-se a hipótese de que as barreiras invisíveis constituem ainda um grande obstáculo a ser enfrentado por este grupo, que consegue transpassar as barreiras físicas.



Nuvem de Palavras 4- opiniões de itens para encontrar em outros locais e sugestões de mudanças para o Sesc.

CAPITULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar, sob a ótica das pessoas com deficiência, fatores que influenciam sua frequência e permanência em locais de lazer oferecidos pelo terceiro setor, neste estudo, o Sesc.

No estudo foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas para investigar o perfil dos participantes referentes a questões socioeconômicas, autonomia para AVD, idade, gênero e opiniões referentes aos espaços do Sesc que utilizam para suas práticas esportivas e de lazer. Nesse sentido foram criadas três categorias para facilitar a análise dos dados, tais como as ações de programação, o atendimento e a acessibilidade.

No processo de verificação para eleger os possíveis participantes da pesquisa houve um declínio no número de participantes devido aos critérios de exclusão da pesquisa (não poderiam participar menores de 18 anos de idade ou pessoas com deficiência intelectual associada). No entanto, observou-se que nas unidades há um número significativo de pessoas com deficiência intelectual, maiores e menores de 18 anos, participantes dos programas esportivos e de programações pontuais. Dessa forma, existe a possibilidade e a necessidade de outras pesquisas que envolvam este público.

Além falta de informações organizadas pela instituição no que diz respeito a um cadastro oficial de pessoas com deficiência, houve dificuldades para realizar o levantamento de pessoas elegíveis para responder ao questionário, que teve de contar com a colaboração voluntária de funcionários da instituição.

Observa-se que, embora a instituição trabalhe como um centro de bem-estar que seja acessível à maior parte dos frequentadores, com base na acessibilidade universal, este quesito não é atingido em sua plenitude. A instituição oferece bons acessos, mas não garante 100% de acessibilidade, ora devido a barreiras arquitetônicas, ora em pequenas barreiras atitudinais.

Uma fragilidade da instituição é o sistema de divulgação das atividades citadas pelos participantes. As atividades são divulgadas em meios próprios da rede ou nas unidades por meio de informativos e *banners*, e a acessibilidade do site é bastante deficitária.

Observa-se que o corpo de funcionários na maioria dos relatos é solícito e com boa proatividade no atendimento, o que sugere ser reflexo do treinamento e da política da empresa de oportunizar um ambiente para todos.

No relatório feito pelo Núcleo de Antropologia da USP (NAU), um dos fatores analisados foi a quase unanimidade dos frequentadores (92%) que apontaram a inexistência de

discriminação quanto às diferenças de opção sexual e de cor/raça. Assim, em um ambiente em que o preconceito não está presente para estas questões, pode-se supor que também é um ambiente que pouco oferece questões preconceituosas às pessoas com deficiência, e que, mesmo em se tratando de um grupo de minorias, podem se sentir como iguais e exercer seus papéis sociais à medida que participam das atividades junto ao grande público.

Cabe ainda relatar que, apesar de ser um local com boa acessibilidade, preços acessíveis e possibilidade de atendimento a pessoas com deficiência, o número de frequentadores PCDs regular nas unidades do Sesc, e participando das atividades e programações ainda é baixo. Junte-se a isso a constatação de que a maioria dos entrevistados tem nível de escolaridade médio completo e superior completo, o que permite sugerir a hipótese de que há uma ligação da baixa frequência de PCDs no Sesc com uma baixa eficiência na comunicação da instituição, ou seja, a forma de divulgação e comunicação da instituição não alcança as pessoas com níveis de escolaridade mais baixos. Cabe aqui uma reflexão a cerca do processo de inclusão escolar, a maioria das pessoas entrevistadas participaram do ensino médio e/ou superior, podemos assim inferir que essas pessoas participaram e usufruíram de conquistas da inclusão escolar.

O grupo de pessoas que participou deste estudo possui graus de comprometimento leve a moderado, o que possibilita uma autonomia satisfatória para transpor barreiras arquitetônicas e atitudinais, de sua casa até as unidades do Sesc, e estabelecer uma frequência de participação. Tal constatação pode sugerir que barreiras externas estejam desencorajando pessoas com deficiências mais severas de frequentarem o Sesc.

Concluindo, na opinião das pessoas com deficiência que frequentam o Sesc o conjunto de poucas barreiras arquitetônicas e um corpo de funcionários treinado e sem preconceitos para o atendimento e acolhimento de pessoas com deficiência possibilita a participação de pessoas com grau de deficiência leve a moderado em suas atividades, sejam elas aulas do programa físico-esportivo, atividades regulares ou em programações culturais. E mesmo não sendo um local especializado em receber este grupo de pessoas, o Sesc se mostra preocupado em atender bem a todos os seus frequentadores, ainda que tenha questões a resolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M.A.B., Gutierrez, G.L. **Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização** in: Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25, n.1, p.137-52, jan./mar. 2011

ALVEZ, J.E.D. **As novas projeções da ONU sobre a população brasileira e mundial.** In: Portal Eco Debate, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/2017/06/28/as-novas-projecoes-da-onu-sobre-a-populacao-brasileira-e-mundial-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Último acesso em: 9 nov.2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 6ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROZO, A.F. et al. **Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência.** In: *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento.* v.12, nº. 2. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, p.16-28, 2012.. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/PosGraduacao/Docs/Cadernos/Vol_12/2o_vol_12/Artigo2.pdf. Acesso em: 15 out.2017.

BLASCOVI- ASSIS, S.M. **Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer.** 1997. 124f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física-Unicamp. Campinas, 1997. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000115179>. Acesso em: 10 maio 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

[../Disserta%C3%A7%C3%A3o/QUALIFICA%C3%87%C3%83O/Disserta%C3%A7%C3%A3o_quali_03.08.2018.docx - msoanchor_18](#)BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 20 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 17 nov. 2011b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 2 fev. de 2016.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 17 nov. 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 28 jan.2018.

_____. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 10 maio 2017.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Decreto-lei nº 6.632 de 5 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6632.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

CARMO, A.A. **Deficiência Física: a Sociedade Brasileira Cria Recupera e Discrimina**. 2ª ed. Brasília Editora: Brasília, 1994

CAMARGO, L.O.L. **O legado de Joffre Dumazedier: reflexões em memória do centenário de seu nascimento** in: Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 149-164, mai./ago. 2016

CANTORANI, J.R.H. **Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro-SP**. 2013. 273p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física - Unicamp. Campinas, 2013.

CARVALHO, A.J.S. **Esportes na natureza: estratégias de ensino de canionismo para pessoas com deficiência visual**. 2005. 192p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física - Unicamp. Campinas, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000425697>. Acesso em: 10 maio 2017.

CARVALHO, C. L. **Reflexões sobre a inclusão na educação física escolar: a tríade legislação, conhecimento acadêmico e prática profissional**. 2018. 323 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

CONFEDERAÇÃO Nacional do Comércio, Bens Serviços e Turismo. Disponível em: <http://cnc.org.br/>. Acesso em: 9 set.2018.

CORBIN A.; COURTINE J.J.; VIGARELLO, G. **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. v. 3. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CORREIA, J.C.A. **O financiamento público do 3º setor nas políticas públicas de esporte e lazer** In: *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*. Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S667-S681, abr./jun. 2014.

Carregnato, R.C.A. e Mutti, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo** in: *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERNANDES, R. C. **O que é o terceiro setor?** *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n.18, p. 26-30, abr./jun. 1997.

FILUS, J. F. **Amarrações e arrumações na inclusão escolar do município de Hortolândia - SP**. 2011. 199f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GALANTE, R.C. **Memórias do Celazer: influências e contribuições para os estudos do lazer no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

HUNGER, D.; SQUARCINI, C.F.R.; PEREIRA, J.M. **A pessoa portadora de deficiência física e o lazer**. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 25, n. 3, p. 85-100, 2004. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/241/242>. Acesso em: out. 2015.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, M.R.C. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo *Perspec.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, June 2000. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 set. 2018.

MARCELINO, N. C. **Lazer e educação**. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2001.

MEIRELES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 23ª ed. São Paulo: Editora RT, 1998.

ONU. **Resolução nº 217, de 10 de dezembro de 1948**. (1948). Recuperado em 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://app.crea-rj.org.br/poralcreav2midia/documentos/resolucaoonu217aiii.pdf>> Acesso em: 3 set. 2018.

PADILHA, V. **O lazer contemporâneo: ensaio de filosofia social**. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.147-166, maio/ago. 2004.

PIOVESAN, A. TEMPORINI, E.R. **pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. São Paulo. *Revista Saúde Pública*, 29 (4) 318-25, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-9101995000400010&script=sci_abstract&tlng=pt 8. Acesso em: jul. 2017.

SALERNO, M. B. **A formação em educação física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente**. Campinas-SP, 2014. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2014.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Relatório cultura e lazer: práticas físico-esportivas dos frequentadores do Sesc em São Paulo**. São Paulo, 2015.

_____. **O que é o Sesc**. Disponível em: <https://www.sesc.com.br>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Sobre o Sesc**. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Manual de ações práticas: atendimento da pessoa com deficiência na prática físico-esportiva**. São Paulo: s/d.

SILVA, J.V.P. **Políticas públicas de esporte/lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2015.

SILVA, O. M. da. **A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

TENÓRIO, F.G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13110/gestao-social--uma-perspectiva-conceitual/i/pt-br>. Acesso em: jun. 2018.

TERCEIRO SETOR. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. (2800 KB, PDF.)

THOMAS, J. R.; NELSON, S.J.; SILVERMAN, J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. [recurso eletrônico] 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAN MUNSTER, M.A. **Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica**. 2004. 309p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação Física - Unicamp. Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000353138>. Acesso em: out. 2015.

VENDITTI JR, R. **Trilhas ecológicas com orientação para pessoas portadoras de deficiência visual.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Faculdade de Educação Física - Unicamp. Campinas, 2001. 89p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000323528>. Acesso em out. 2015.

VENDITTI JR, R.; ARAÚJO, P.F.de. **Trilhas ecológicas com orientação para pessoas surdas.** *Pensar a prática.* v. 11, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/rt/printerFriendly/3601/4267>. Acesso em: out. 2015.

APÊNDICE 1

**Questionário da Pesquisa: “AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS DO
TERCEIRO SETOR NA AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA AS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”**

Pesquisadora: Silvia Mayeda D’Angelo /Orientador: PProf. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Faculdade de Educação Física da Unicamp /Nº do CAAE: 97431218.5.0000.5404

Orientações para o preenchimento: nas questões de múltipla escolha você poderá assinalar mais de uma alternativa.

CARACTERIZAÇÃO DO PARTICIPANTE

1- Código do participante: _____

2- Sexo: () Feminino () Masculino

3- Idade: _____

4- Tipo de deficiência: () congênita () adquirida .

Quando? _____

5- Nome da deficiência: _____

6- Há quanto tempo com a deficiência? _____

7- Nível de escolaridade:

- () Sem escolaridade
- () Ensino fundamental incompleto
- () Ensino fundamental completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo
- () Mestrado
- () Doutorado
- () Não sei informar

8- Atualmente está no Sistema Regular de Ensino? () SIM () NÃO

9- Profissão: _____

10 - Renda mensal *per capita*:

- () 1 Salário Mínimo
- () 2 a 3 Salários Mínimos
- () 3 a 5 salários Mínimos
- () 5 a7 salários Mínimos
- () acima de 7 salários Mínimos
- () Não possui renda

11- Mora sozinho? () SIM () NÃO. Com quem mora?

12- Para as atividades de vida diária é autônomo? () SIM () NÃO

13- Sai de casa sozinho? () SIM () NÃO

14- Qual o principal meio de locomoção?

15- Quais locais que frequenta nos momentos de lazer?

16- Com quem os frequenta?

17- Com que frequência os frequenta?

18- Pratica algum esporte? () NÃO () SIM Qual?

19- Há quanto tempo frequenta o Sesc?

20- Porque frequenta o Sesc?

21- Com qual frequência frequenta o Sesc?

22- Vai ao Sesc acompanhado? () NÃO () SIM Por quem?

23- O que motiva a sua escolha pelo Sesc para a realização de suas atividades?

24- Quais são suas opiniões mais favoráveis em relação aos seguintes pontos do Sesc:
Programação:

Atendimento:

Acessibilidade:

25- Quais são as suas opiniões menos favoráveis em relação aos seguintes pontos do
Sesc:

Programação:

Atendimento:

Acessibilidade:

Se pudesse, o que você mudaria no Sesc?

26- O que você encontra no Sesc que gostaria de encontrar em outros lugares que frequenta?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS DO TERCEIRO SETOR NA AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Silvia Mayeda D'Angelo

Número do CAAE: 97431218.5.0000.5404

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa a assegurar os seus direitos como participante, e é elaborado em duas vias: uma, que deverá ficar com você, e outra, com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos

Justificativa

Ampliar as possibilidades de participação em atividades de lazer para pessoas com deficiência em instituições do Terceiro Setor.

Objetivos

Pretende-se, por meio da revisão de literatura, aplicação de questionário estruturado com questões abertas e fechadas, identificar quais os possíveis aspectos facilitadores que favorecem o acesso e a permanência aos locais de desenvolvimento de atividades de lazer.

Para esta pesquisa serão utilizadas técnicas qualitativas, com tabulação de dados obtidos nas respostas dos questionários para buscar uma melhor compreensão e interpretação dos dados e, posteriormente a essa fase da pesquisa, os resultados serão publicados em artigos científicos de revistas da área, assim como compartilhados com os participantes da pesquisa e da instituição participante.

Procedimentos

Participando do estudo você está sendo convidado a preencher o questionário que será aplicado uma vez, totalizando 25 perguntas, com duração média de preenchimento de 30 minutos no total. Este instrumento será aplicado de preferência nos locais de atividades, não havendo necessidade de deslocamento para o local do estudo. O questionário será armazenado por um período de cinco anos, e será mantido sigilo e privacidade dos participantes, assim como os arquivos de gravação, que serão realizados quando necessários.

Caso o participante da pesquisa necessite de auxílio para responder ao questionário, este poderá solicitar ao pesquisador/aplicador o apoio. Caso a pessoa não tenha possibilidade de escrever poderá ser lido em voz alta e gravado, sendo posteriormente transcrito, assim como poderá ser traduzido para a Língua Brasileira de Sinais - Libras, por um intérprete, já que a pesquisadora não possui fluência neste idioma. Neste caso, serão gravadas as imagens para que as respostas possam ser transcritas posteriormente, e realizada a análise dos dados.

Se houver necessidade de utilização de recursos de gravação de voz ou imagem, a participação será feita mediante a sua autorização.

As gravações de imagem/voz serão somente utilizadas para análise dos dados e não serão divulgadas em momento algum.

Se não for possível preencher o questionário de forma escrita:

- AUTORIZO a gravação da entrevista
- NÃO AUTORIZO a gravação da entrevista.

Se a entrevista for feita usando LIBRAS:

- AUTORIZO a gravação da minha imagem
- NÃO AUTORIZO a gravação da minha imagem

Desconfortos e riscos

Você **não** deve participar deste estudo se não tiver a condição de deficiência, se for menor de 18 anos de idade, e se houver impossibilidade de seguir as orientações do pesquisador ou se legalmente for considerado incapaz.

Serão tomadas as providências e cautelas adotadas para minimizar desconfortos e riscos possíveis para o participante da pesquisa, tais como: flexibilidade de horários e locais para a resolução do questionário, bem como o participante não responder a uma questão que não se sinta confortável.

A pesquisa envolve a descrição de suas opiniões e percepções, logo, envolve riscos na comunicação e divulgação de informações. Assim, os pesquisadores se comprometem, no presente termo, a não utilizarem o nome ou os dados de identificação dos participantes. Se o participante achar que determinadas perguntas incomodam, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais, podem escolher não responder, ou seja, o participante pode deixar de responder quaisquer perguntas que o façam sentir incomodado.

Benefícios

Não há vantagens diretas para o participante desta pesquisa. As vantagens para os participantes da pesquisa serão coletivas, à medida que possibilitarão reunir informações que depois de tratadas e analisadas poderão ser compartilhadas com os demais locais de interesse e assim contribuir para o aumento da oferta de locais para atividades de lazer, ou seja, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre a relevância desses escritos para a área.

Acompanhamento e assistência

O participante desta pesquisa receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa, desde que comprovados. Após o encerramento da pesquisa os participantes terão um retorno da análise dos questionários.

Sigilo e privacidade

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. A divulgação dos resultados desse estudo será feita de forma a não identificar os voluntários. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

As informações que tenham a necessidade de serem gravadas em áudio/imagem serão armazenadas em dispositivo de memória, sem acesso à internet e acesso somente com senha, juntamente com os demais documentos desta pesquisa.

Ressarcimento e Indenização

Não há qualquer valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação, sendo a mesma voluntária. No entanto, caso haja qualquer despesa decorrente da sua participação na pesquisa, haverá ressarcimento.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no TCLE, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, patrocinador e das instituições envolvidas, não sendo prerrogativa da Resolução 466/12- MS, mas estando prevista no código civil.

Contato

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Sílvia Mayeda D'Angelo por e-mail: silviamayeda@gmail.com, pelo endereço da Faculdade de Educação Física - FEF, no departamento de Educação Física Adaptada, na Avenida Érico Veríssimo, 701, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, CEP 13.083-851, Campinas, SP, Brasil, por telefone (11) 99480 9442.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp, das 08:30 às 11:30, e das 13:00 às 17:00, na Rua Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas - SP; telefone (19) 3521-8936 ou (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do(a) participante: _____

Contato telefônico: _____

e-mail (opcional): _____

Data: ____/____/____.

Assinatura do participante

Responsabilidade do Pesquisador

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)

ANEXO 1

Autorização Institucional para coleta de dados no Sesc

**Documento de Comunicação
Administrativa - DCA****Nº.: 67 - 00126/2018**

Data: 03/07/2018
De: SESC SÃO CAETANO
Para: GERÊNCIA DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
C/c: GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E
CIDADANIA
Assunto: Autorizações
Pesquisa de Mestrado - Silvia Mayeda D'Angelo

Encaminhamos para análise e solicitamos a autorização para a realização de pesquisa de Mestrado da funcionária lotada no Sesc São Caetano, Silvia Mayeda D'Angelo, chapa 11939-3, na área de concentração - Atividade Física Adaptada - da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A pesquisa terá a temática "As contribuições do terceiro setor na ampliação de oportunidades para as pessoas com deficiência através de seus programas", e tem por objetivo identificar fatores que contribuam para que a participação de pessoas com deficiências seja maior e mais significativa em equipamentos de lazer, com possibilidade de compartilhar soluções para entraves com simplicidade, para que um maior número de pessoas diferentes possa ser mais bem acolhido, e, dessa forma, usufruam de equipamentos de lazer que possuem as condições de atendimento a esse público.

Sendo assim, o principal objetivo será o de identificar e analisar, na ótica da pessoa com deficiência, quais os possíveis aspectos facilitadores que favorecem o acesso e a permanência aos locais que oferecem e desenvolvem atividades de lazer.

Para isso, a referida funcionária solicita autorização para aplicação da pesquisa junto ao público das unidades no período entre agosto de 2018 e fevereiro de 2019. Após o término da coleta de dados, os mesmos serão analisados e os resultados publicados em artigos científicos de revistas da área, assim como compartilhados com os participantes da pesquisa e da instituição participante.

Ressaltamos a necessidade, em caso de parecer favorável, de uma declaração de autorização assinada pelo responsável.

Seguem anexos os documentos referentes à solicitação:

- Termos de autorização institucional para a realização da pesquisa
- Projeto de pesquisa
- Termo de consentimento para o participante
- Questionário
- DCA - parceria Unicamp-Sesc

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente

LUCIANE PIERIN

Gerente em exercício
SESC SÃO CAETANO

DESPACHOS

PARA: SESC SÃO CAETANO

Aprovado

GERÊNCIA DE PESSOAS
Gerente

JOSE MENEZES NETO - 16/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: GERÊNCIA DE PESSOAS

De acordo

DIRETORIA REGIONAL
Diretor

DANILO SANTOS DE MIRANDA - 16/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: DIRETORIA REGIONAL

De acordo. Ao Sr. Diretor Regional para superior aprovação.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
Superintendente

LUIZ DEOCLECIO M GALINA - 15/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

**PARA: SUPERINTENDÊNCIA DE
ADMINISTRAÇÃO**

De acordo. Ao Sr. Superintendente de Administração para aprovação.

GERÊNCIA DE PESSOAS
Gerente

JOSE MENEZES NETO - 11/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: JOSE MENEZES NETO

Sr. Gerente,

A pesquisa de mestrado da funcionária Silvia Mayeda D'Angelo tem como tema "As contribuições do terceiro setor na ampliação de oportunidades para as pessoas com deficiência através de seus programas" e tem por objetivo identificar fatores que contribuam para que a participação de pessoas com deficiências seja maior e mais significativa em equipamentos de lazer, utilizando o público que frequenta as unidades do Sesc como objeto de sua pesquisa.

Por conta disso, solicita autorização para aplicar o questionário anexo a um grupo de PCDs frequentadores das unidades do Sesc; tanto o grupo quanto as unidades de referência para a pesquisa serão definidos pela funcionária a partir dos fundamentos metodológicos da pesquisa.

A análise do Questionário, do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (documento no qual o respondente autoriza o pesquisador a usar suas respostas para fins acadêmicos, mantendo o sigilo das informações) e do Projeto de pesquisa evidenciam que a pesquisa será levada a cabo, garantindo a ética necessária para resguardar os direitos de todos os atores envolvidos no processo de pesquisa (pesquisadora, público pesquisado e Sesc).

Posto isso, solicitamos superior autorização para que a pesquisa seja realizada da forma proposta pela funcionária.

Ressaltamos que, caso haja autorização, o Sesc precisará assinar um Termo de Autorização Institucional (em resposta ao Termo de Autorização redigido pela funcionária, anexo ao presente DCA), que fará parte da lista de documentos solicitados e exigidos pelo Comitê de

Ética em Pesquisa da Unicamp para análise e aprovação da pesquisa.

GERÊNCIA DE PESSOAS

VANIA FEICHAS VIEIRA - 09/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: VANIA FEICHAS VIEIRA

Para análise
GERÊNCIA DE PESSOAS
Gerente

JOSE MENEZES NETO - 08/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: GERÊNCIA DE PESSOAS

Encaminhamos para continuidade do processo.

SESC SÃO CAETANO
Gerente Adjunta

LUCIANE PIERIN - 03/10/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: SESC SÃO CAETANO

Solicitamos que a questão seja encaminhada à GEP para colheita da aprovação da superior administração.

ASSESSORIA JURÍDICA
Coordenadora

CARLA BERTUCCI BARBIERI - 11/09/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: ASSESSORIA JURÍDICA

Para encaminhamentos.

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE
E CIDADANIA
Gerente

MARIA ALICE O DE O NASSIF - 11/09/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: SESC SÃO CAETANO

Estamos de acordo e encaminhamos as orientações concernentes.

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA

Gerente em exercício

DENISE SOUZA BAENA SEGURA - 10/07/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: DENISE SOUZA BAENA SEGURA

Sra. Gerente,

A pesquisa de Mestrado da funcionária lotada no Sesc São Caetano, Silvia Mayeda D'Angelo, que tem como tema "As contribuições do terceiro setor na ampliação de oportunidades para as pessoas com deficiência através de seus programas" é de grande relevância, dado o período de construção de parâmetros institucionais em acessibilidade - com reforço à Política de Acessibilidade do Sesc São Paulo.

Há poucos levantamentos quantitativos ou qualitativos relacionados ao público com deficiência que frequenta o Sesc, sinalizando a importância de fomento a uma pesquisa com este teor, para conhecermos melhor uma população que, apenas no estado de São Paulo, totaliza cerca de 9 milhões de pessoas.

A averiguação sobre a qualidade de experiências presentes ao público com deficiência fortalece a sua visibilidade social na instituição, conferindo mais dados para o planejamento e a avaliação de ações com acessibilidade.

Estamos, portanto, de acordo com o perfil de coleta de dados e análise, nos colocando à disposição para apoiar e difundir a pesquisa, quando de seu término, para incremento de iniciativas já presentes nas ações técnicas.

À disposição para esclarecimentos adicionais.

Att.

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA
SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA

LIGIA HELENA F ZAMARO - 10/07/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: LIGIA HELENA F ZAMARO

Para análise e parecer.

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA
SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA
Gerente

MARIA ALICE O DE O NASSIF - 05/07/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

**PARA: GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA
SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA**

Srª Gerente,
Para análise e parecer desta GESC.
att,

GERÊNCIA DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

MARTA RAQUEL COLABONE - 05/07/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: MARTA RAQUEL COLABONE

Sra. Gerente,

Foi solicitada autorização para aplicação de entrevistas junto aos públicos frequentes nas diversas unidades do Sesc, com o objetivo de aferir sua percepção do atendimento global a PCDs (Pessoas com Deficiência). Trata-se de um trabalho de Mestrado para a Faculdade de Educação Física da Unicamp.

A pesquisadora interessada é funcionária do Sesc e o tema “As contribuições do Terceiro Setor na ampliação de oportunidades para as pessoas com deficiência através de seus programas” encontra ressonância no empenho institucional em torno do tema, que se manifesta na construção de parâmetros e ações que

fundamentem uma integração adequada desses públicos que já vêm sendo atendidos. Reiteramos este tipo de incursão na área de práticas esportivas e atividades físicas, que se investe de demandas diferenciadas e, ao mesmo tempo, é um vetor significativo de autonomia.

Esse tipo de estudo promove, a um só tempo, reflexões e desdobramentos internos sobre o trabalho institucional, e um exercício ampliado de localizar tais iniciativas institucionais no cenário do terceiro setor. Na medida em que a pesquisadora apresenta um projeto com etapas já organizadas e tem conhecimento do livre-arbítrio, importância do sigilo e anonimato das informações coletadas individualmente, são desnecessários apontamentos nesse sentido.

Lembramos a importância de ter acesso aos resultados da pesquisa, inclusive como subsídios para outros estudos de interesse. Caso surja a intenção de tornar públicos os conteúdos resultantes, para além da finalidade acadêmica a que se destinam, é imperativa a autorização institucional.

Atenciosamente,

GERÊNCIA DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

IONA DAMIANA DE SOUZA - 04/07/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018

PARA: IONA DAMIANA DE SOUZA

Para análise e parecer.

GERÊNCIA DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

MARTA RAQUEL COLABONE - 03/07/2018 - Ref.: DCA nº: 67 - 00126/2018